A catedral perdida

Sendo uma edição documental de vinte e oito fontes primárias sobre a construção da Catedral Basílica da Assunção da Bem-Aventurada Virgem Maria, León, Nicarágua, com fontes antecedentes do período colonial a partir de 1527, organizada e anotada por Consuelo Vargas Montiel (1938–2024), arquiteta.

Instituto Superior de Estudios Iberoamericanos,

em associação com o Arquivo da Chancelaria Diocesana de León.

León, 1976.

Preparada para a web, por incumbência sua, por M.A. Aybar · 2026.

Edição digital, 2026 · Edição impressa, Managua, 1976 · Revista em 27 de abril de 2026

Nota sobre a natureza desta obra

A catedral perdida é uma obra de ficção. A Catedral Basílica da Assunção da Bem-Aventurada Virgem Maria em León, Nicarágua, existe; os documentos que compõem esta edição não. Consuelo Vargas Montiel não é uma pessoa real. O Instituto Superior de Estudios Iberoamericanos não existe. Nenhum detalhe, carta, inventário, decreto ou testemunho aqui reproduzido procede de um arquivo histórico verificável; todos foram escritos pelo autor que se nomeia abaixo. Os nomes de pessoas, instituições, datas e procedências arquivísticas são invenções, ainda que algumas se inspirem em figuras e práticas reais do período colonial centro-americano. Qualquer semelhança com pessoas vivas ou falecidas é coincidência. Esta obra publica-se sob a convenção literária do manuscrito encontrado: o leitor é convidado a sustentar a ilusão enquanto lê, e a lembrar, ao fechar o livro, que é inteiramente uma ficção.

Texto, edição, traduções e aparato crítico: **M.A. Aybar**.

© 1976, 2026 M.A. Aybar. Todos os direitos reservados.

Edição digital preparada em Los Angeles, 2026, a partir da edição impressa imaginária de Managua, 1976.

Para as mulheres que me deram a língua: mães, madrinhas, avós, tias e primas. Aqui fica a sua voz.

Sumário

Prefácio da organizadora

Parte I · O notário do governador

01 · Carta de nomeação

02 · O contrarregistro

03 · A deposição e a Entrada 14

04 · Entrada 31

05 · A carta

06 · O inventário

07 · A carta de Rodrigo a Catalina

Parte II · A confissão do arquiteto

08 · Nota privada do bispo Rodrigo de la Vega

09 · Inventário diocesano de 1647

10 · Petição do bispo

11 · Decreto do Conselho

12 · Comissão de Porres

13 · O relato de Ignacio

14 · O informe de Aznar

15 · A carta de Porres

16 · Diário de obra, 1749

17 · A carta de Ignacio de Sevilha

Parte III · O muro

18 · Diário de obra, 1753

19 · Diário de obra, 1755

20 · O documento do pedreiro

21 · A carta de Lima

22 · A confissão no leito de morte

23 · O diário final de Fuentes, 1783

24 · Petição relativa a Tomasín

25 · Inventário decorativo

26 · O bispo da Guatemala

Parte IV · O aparato

27 · Notas de pesquisa de Consuelo

28 · A carta de Reyes Domínguez

Pranchas e reconstruções visuais

Colofão

Prefácio da organizadora

Na manhã de 11 de março de 1974 eu realizava um levantamento estrutural do transepto sul da Catedral Basílica da Assunção da Santíssima Virgem Maria em León, Nicarágua, quando o equipamento de termografia detectou uma anomalia no muro situado entre o segundo e o terceiro pilar, acima do plinto: um vão de aproximadamente dezesseis centímetros de profundidade e quarenta de largura, incompatível com a construção documentada do muro. Eu o sondei naquela mesma manhã, com as ferramentas que levava em minha maleta de campo. Encontrei um compartimento selado e, dentro dele, uma caixa de cedro envolta em encerado. Lá dentro havia seis documentos.

Esta edição é o que quatro anos de trabalho fizeram daquele achado.

Devo dizer desde o início o que esta edição é e o que não é. Não é uma história da Catedral de León, embora os documentos que contém lancem luz sobre essa história de maneiras que obrigarão os historiadores a revisar várias suposições estabelecidas. Não é a biografia de nenhum dos indivíduos que aparecem nestes documentos, embora vários deles se mostrem mais vívidos e mais decisivos do que sugere a bibliografia existente. É uma edição documental — uma coleção de fontes primárias, transcritas, traduzidas onde foi necessário, e anotadas com o cuidado que merecem — acompanhada do aparato editorial necessário para torná-las acessíveis a leitores que não são especialistas em história colonial centro-americana. Os documentos falam por si mesmos. Minha função é garantir que sejam ouvidos.

Vou descrever o que foi encontrado na caixa de cedro, e depois vou descrever o que não consta nesta edição e por quê, e depois vou explicar como a edição está organizada.

O que foi encontrado

A caixa de cedro continha seis documentos em estados diversos de conservação. Os seis estavam envolvidos separadamente em oleado de uma qualidade coerente com a produção colonial do século XVIII. O oleado externo — o que envolvia a própria caixa — era de um tipo mais antigo, coerente com a produção do século XVI, o que figura entre as características mais incomuns de uma coleção que se mostrou incomum em tudo.

Os seis documentos são:

O primeiro é um livro privado de contas, mantido por um notário chamado Rodrigo Cervantes de la Noche a serviço do governador da Nicarágua entre os anos de 1527 e 1531. Sobrevivem trinta e sete entradas. O livro está escrito em castelhano do século XVI, numa letra que cheguei a conhecer tão bem quanto a minha própria ao longo deste trabalho.

O segundo é uma cópia de uma carta ditada por Pedro Arias Dávila, governador da Nicarágua, ao mesmo notário em março de 1531, e queimada — por instrução do governador — pelo bispo da Nicarágua na noite do mesmo dia. A cópia foi feita pelo notário. A carta trata, entre outras coisas, da catedral.

O terceiro é um inventário oficial dos bens pessoais do governador, compilado pelo mesmo notário no sexto dia de março de 1531, data da morte do governador. Este documento contém uma afirmação que o leitor do segundo documento achará digna de nota.

O quarto é o acordo fundacional da empresa do Peru, datado de 1524, com as assinaturas de Francisco Pizarro, Diego de Almagro e uma referência a Pedro Arias Dávila no corpo do texto. Não sou advogada e não me pronunciarei sobre a condição jurídica deste documento. Direi que sua presença física na caixa de cedro, junto aos demais documentos, esclarece muito do que antes não estava

claro sobre a história construtiva da catedral.

O quinto é uma memória pessoal escrita por um arquiteto chamado Ignacio Moya em Sevilha, em 1771, em que descreve sua participação no projeto da catedral entre 1748 e 1752. Tem vinte e duas páginas. É, em minha avaliação, o documento mais importante da coleção, embora reconheça que avaliações deste gênero são necessariamente pessoais.

O sexto documento está escrito sobre amate — papel de casca — em náuatle. Tem dez frases de extensão. Tem três frases de extensão. Escrevi dez e depois me corrigi: tem três frases de extensão. Deixei a correção visível. É exata do modo como as correções são exatas — mostra o que pensei antes de pensar de novo.

Entre os seis documentos da caixa de cedro, o escrito em papel de casca é aquele ao qual retorno.

O que não consta nesta edição

O registro documental da Catedral de León é extenso. O Arquivo Diocesano de León conserva livros de obras, correspondência, registros financeiros, petições e documentos administrativos que cobrem o período completo da construção da catedral, de 1747 a 1814. O Arquivo Geral das Índias em Sevilha conserva a documentação de aprovação do Conselho das Índias e a correspondência com a administração diocesana. O Arquivo Histórico Nacional em Madri conserva registros suplementares. Passei catorze meses trabalhando nestes três arquivos, e os resultados daquela pesquisa informam a anotação de toda esta edição.

Deste registro mais amplo selecionei vinte e oito documentos para inclusão. O critério de seleção foi simples: incluí todo documento que, a meu juízo, diz respeito diretamente às questões centrais levantadas pela caixa de cedro. Excluí

os registros administrativos que são redundantes com os documentos incluídos ou insuficientemente esclarecedores para justificar o espaço. O catálogo completo do arquivo, com minhas notas, está à disposição dos pesquisadores na Universidade Nacional.

Há três documentos do registro mais amplo cuja inclusão considerei com cuidado. Um excluí; dois incluí com ressalvas editoriais, conforme se detalha a seguir. O documento excluído é uma petição do período de construção relativa à situação laboral de certos trabalhadores, que omiti porque levanta perguntas que não posso responder e não desejo parecer responder por meio de uma inclusão seletiva. Os dois que incluí depois de hesitação prolongada são uma carta de um funcionário diocesano de Lima datada de 1763, que aparece em forma abreviada como Documento 21, e uma confissão de leito de morte registrada por um padre em 1771, que aparece integralmente como Documento 22. Menciono os três porque uma organizadora que omite — ou que inclui — sem esclarecer não está cumprindo sua função honestamente. Nada de importância foi omitido sem que eu o diga aqui.

Uma omissão adicional exige seu próprio parágrafo. A caixa de cedro, quando a abri em 1974, continha seis documentos. Cinco deles se reproduzem nesta edição: o contrarregistro de Rodrigo, a cópia da carta do governador, o inventário diocesano, o relato de Ignacio Moya e o documento em náuatle. O sexto — o acordo fundacional da empresa do Peru, datado de 1524, com as assinaturas de Pizarro e Almagro e uma referência no corpo do texto a Pedro Arias Dávila — não se reproduz. Retive-o por orientação jurídica. O acordo incide sobre questões jurídicas que, segundo o entendimento da assessoria jurídica da Universidade Nacional, não estão plenamente extintas, e a publicação de seu texto nesta edição não serviria tanto ao registro histórico quanto incitaria litígios que o registro histórico não pode resolver. O acordo é descrito, em detalhe e a partir de dois ângulos distintos, nos Documentos 5 e 13;

o leitor que desejar compreender seu conteúdo o encontrará ali. O original se conserva no Arquivo Diocesano de León, onde pode ser consultado por pesquisadores qualificados nas condições habituais do arquivo.

A estrutura desta edição

Os vinte e oito documentos estão organizados em quatro partes, cada uma precedida de uma breve nota contextual.

Primeira Parte: O notário do governador contém sete documentos do período 1527 a 1546, centrados no notário Rodrigo Cervantes de la Noche e em seu serviço a Pedro Arias Dávila. Estes documentos são anteriores em mais de dois séculos à construção da catedral. A razão de sua pertinência ficará clara.

Segunda Parte: A confissão do arquiteto contém dez documentos do período 1610 a 1771, centrados na construção da catedral e nos indivíduos diretamente implicados nela. Inclui o relato de Ignacio Moya, que é o centro estrutural da edição.

Terceira Parte: O muro contém nove documentos do período 1747 a 1790, centrados especificamente na construção do transepto sul, e em um pedreiro a quem os registros laborais chamam Tomasín. Esta seção contém também o documento em náuatle, traduzido pelo doutor Alejandro Reyes Domínguez da Universidade Nacional Autônoma do México, cuja colaboração agradeço e cuja tradução emendei em um ponto, como se indica.

Quarta Parte: O aparato contém dois documentos do período 1974 a 1978 relativos a meu próprio processo de pesquisa: minhas notas de pesquisa do Arquivo Geral das Índias e a correspondência com o doutor Alejandro Reyes Domínguez da Universidade Nacional Autônoma do México.

Nota sobre a transcrição

Todos os documentos originalmente redigidos em castelhano do século XVI foram transcritos para a ortografia espanhola moderna e traduzidos para o português por mim, à exceção do documento em náuatle, cuja tradução cabe ao doutor Reyes Domínguez com uma emenda minha. Os formulismos jurídicos que oferecem resistência a uma transcrição direta estão explicados nas notas. As expressões latinas são traduzidas em rodapé em sua primeira aparição e, a partir daí, são consideradas conhecidas.

Os documentos contêm um pequeno número de erros de copista — palavras repetidas, letras transpostas, um caso de uma expressão escrita e depois riscada. Corrigi em silêncio os erros claramente involuntários e assinalei todas as correções que possam ter relevância interpretativa. Quando uma palavra é incerta por deterioração do original, usei colchetes para indicar a incerteza: [palavra?] significa que tenho confiança razoável; [?] significa que não a tenho.

Não uniformizei a ortografia nem a pontuação além do necessário para a legibilidade. Os documentos foram escritos por pessoas distintas em momentos distintos e em registros distintos da mesma língua, e as diferenças entre eles fazem parte do que dizem.

Sobre os documentos em si

Colegas que leram partes desta edição em rascunho me perguntaram se acho estranho ter passado quatro anos em estreita companhia de pessoas que estão mortas há entre dois e quatro séculos. A pergunta em si me parece estranha: sou arquiteta. Passo minha vida profissional em estreita companhia de pessoas que estão mortas há séculos, e o que deixaram é o que estudo. A pergunta é sempre a mesma: o que pretendiam, o que construíram, em que diferem essas duas coisas

e por quê.

Estes documentos respondem a essa pergunta com uma franqueza incomum. São, neste sentido, distintos da maior parte do material de arquivo. A maior parte do material de arquivo diz o que as instituições fizeram e disseram. Estes documentos dizem o que as pessoas decidiram, e em vários casos dizem por quê — não o porquê oficial, mas o porquê real, aquele que uma pessoa conta quando acredita escrever para ninguém, ou para o futuro distante, ou para Deus, o que vem a ser o mesmo.

Não vou dizer ao leitor o que fazer com o que encontrar aqui. Não é função da organizadora dizer ao leitor o que fazer com as coisas. Minha função é garantir que os documentos sejam legíveis, estejam apresentados com exatidão e situados no contexto suficiente para serem compreendidos. Tudo o que vai além disso é tarefa do leitor.

Vou dizer uma coisa, e depois vou me afastar.

A catedral de León é, por medição arquitetônica objetiva, maior e mais sofisticada do que qualquer razão administrativa justificaria, dado o tamanho e os recursos de sua diocese no século XVIII. Os historiadores assinalaram isso e atribuíram diversamente à ambição diocesana, à habilidade particular da equipe de construção, e ao mistério persistente de por que alguns edifícios superam suas circunstâncias enquanto outros se limitam a cumpri-las. Estes documentos sugerem uma explicação distinta — não mais simples, mas mais completa.

O edifício é o que é porque uma série de pessoas, ao longo de dois séculos, tomou decisões que não ficaram registradas nos documentos oficiais, por razões que não estavam ao alcance do registro oficial, a serviço de intenções que o registro oficial não teria reconhecido como legítimas. O edifício é seu argumento. Continua de pé.

O que o leitor fizer com isso é assunto seu.

Consuelo Vargas Montiel Manágua, Nicarágua Janeiro de 1978

Parte I

O notário do governador

**Nota contextual de Consuelo Vargas Montiel* O que segue são sete documentos do período 1527–1546: o primeiro oficial, os demais privados. Pedro Arias Dávila nasceu em 1440 e morreu em 1531, aos noventa e um anos de idade, em León Viejo, Nicarágua. No momento de sua morte era o governador mais longevo das Américas. Havia fundado o Panamá e havia ordenado a execução do explorador Vasco Núñez de Balboa, cuja cabeça foi apresentada numa bandeja depois que ele mesmo lhe prometera sua filha em casamento — um detalhe que diz algo sobre seu critério. Em 1513, seus criados procederam aos preparativos do funeral antes que tivesse morrido de todo; despertou dentro de seu caixão. Viveu outros dezoito anos. Em 1527, aos oitenta e sete anos, contratou um notário chamado Rodrigo Cervantes de la Noche para que gerisse seus assuntos privados. Não está claro por que escolheu Rodrigo. A carta de nomeação não o explica, e o contrarregistro de Rodrigo tampouco. Os sete documentos que se seguem são tudo o que sobrevive da relação entre eles. Os sete documentos foram encontrados envoltos separadamente do restante — não em encerado, que protegia tudo o mais na caixa de cedro, mas em um tecido que um restaurador do Museu Nacional me disse mais tarde ser quase com certeza damasco de seda, eclesiástico, coerente com a produção de paramentos litúrgicos de fins do século XVI.*

Alguém o cortara por uma costura anterior, com cuidado, e o usara para envolver unicamente esse maço. O tecido foi cortado por alguém que sabia o que era. O damasco de seda eclesiástico não estava disponível a qualquer habitante de León Viejo no século XVI. Não sei quem o fez.

Carta de nomeação

Nomeação real · 3 de agosto de 1527

Documento 1 de 28. Primeira Parte: O notário do governador. Abre a edição.

Pelo presente instrumento, eu, Pedro Arias Dávila, Governador da Província da Nicarágua por designação da Coroa de Castela, nomeio e designo Rodrigo Cervantes de la Noche, natural de Salamanca, notário com onze anos de exercício, com licença do Colégio Real de Notariado de Castela, como notário privado e secretário pessoal de minha pessoa e de meus assuntos, com efeito a partir da data de assinatura deste instrumento.

Suas funções incluirão a manutenção de meus registros privados, a redação de correspondência segundo minha direção, a custódia de certos documentos que lhe serão confiados separadamente, e todas as funções de notariado que de tempos em tempos me parecer oportuno encomendar-lhe. Atuará com discrição absoluta em todos os assuntos relativos a minha pessoa. Não revelará o conteúdo de meus registros privados a nenhuma pessoa sem meu consentimento expresso, nem mesmo após minha morte, salvo instrução em contrário que lhe tenha sido dada por escrito ou que resulte inequivocamente da natureza dos documentos que custodia.

A compensação será a acordada por instrumento privado, do qual há cópia no escritório do tesoureiro provincial.

Esta nomeação terá vigência enquanto eu viver e a meu inteiro critério. Poderá ser revogada a qualquer momento e sem causa exposta.

Pedro Arias Dávila, Governador da Nicarágua León, Nicarágua Terceiro

dia de agosto do ano do Senhor de mil quinhentos e vinte e sete

[Selo]

[C.V.: A nomeação não foi revogada. Rodrigo Cervantes de la Noche serviu a Pedro Arias Dávila durante os quatro anos que transcorreram entre a assinatura deste documento e a morte do governador, em 1531. A compensação acordada, conforme o instrumento privado a que faz referência esta carta, era o dobro da tarifa padrão para notários de sua categoria. Não encontrei nenhum registro do porquê.]

O contrarregistro

Contrarregistro privado · 1527 – 1531

Documento 2 de 28. Primeira Parte: O notário do governador. Segue a carta de nomeação (Documento 1) e precede a deposição (Documento 3).

Nota preliminar de Consuelo Vargas Montiel:

> *[C.V.: O que se segue são extratos selecionados do contrarregistro privado de Rodrigo Cervantes de la Noche, mantido entre 1527 e 1531 em paralelo a seus registros oficiais. O contrarregistro tem trezentas e doze páginas. Selecionei as entradas pertinentes ao relato principal desta edição. As entradas que não se reproduzem aqui são em sua maioria de natureza administrativa — registros de correspondência, notas de inventário, listas de despesas — sem relevância para a história que estes documentos narram. Não omiti nada de substância narrativa ou histórica sem assinalá-lo.]*

Entrada 1 do contrarregistro

8 de agosto de 1527

O cargo me foi explicado pelo escrivão-chefe, um homem chamado Varela, que mantém as mãos muito quietas quando fala, o que tenho observado que costuma ser o sinal de alguém que aprendeu a controlar as partes de si mesmo que de outro modo delatariam sentimento. Disse-me: o notário anterior havia sido exato. Observei que a exatidão parecia uma qualificação adequada para o

cargo. Concordou que em geral era adequada, mas que no caso do notário anterior não havia se mostrado suficiente. Não se estendeu. Não exigi que se estendesse.

Minha função principal, explicou Varela, é copiar os registros privados do governador para o arquivo oficial em linguagem apropriada para Madri. Há, disse, com frequência uma lacuna entre o que contêm os registros do governador e o que o arquivo oficial deve conter, e a principal habilidade do notário é gerir essa lacuna com cuidado. Usou a expressão «com cuidado» duas vezes. Entendi que o segundo uso era o significativo.

Sou notário há onze anos. Estou acostumado à lacuna.

Conheci o governador ao entardecer. Não se levantou. Olhou-me um longo tempo sem falar, o que aprendi desde então que é seu método habitual de avaliação — diz que um homem capaz de tolerar o silêncio é ou paciente ou amedrontado, e que qualquer uma das duas qualidades é útil. Depois disse: «O senhor tem mãe indígena.» Disse que sim — náuatle, do norte do território do México. Disse: «Bom. Isso significa que entende duas coisas ao mesmo tempo. A maioria dos homens não.» Não disse que duas coisas. Supus que esclareceria com o tempo.

Volto agora a esta entrada, à distância de quatro anos. Não esclareceu. Levo quatro anos trabalhando para ele e agora entendo que o esclarecimento era a afirmação. Quis dizer que eu já sabia o que ele queria dizer, e estava a dizer-me que ele sabia que eu sabia. Foi a introdução mais eficiente possível ao modo como este homem pensa.

Começo a entender por que o notário anterior não foi suficiente.

Entrada 2 do contrarregistro

14 de setembro de 1527

Li o inventário dos assuntos privados do governador. É pouco habitual que um notário tenha acesso ao inventário privado de seu empregador tão cedo no cargo, mas o governador foi direto a respeito: mostrou-me o inventário, deixou-me lê-lo e me disse: «Agora o senhor sabe o que há. Tenha a bondade de não falar disso.»

Tive essa bondade.

O inventário inclui objetos que eu esperaria encontrar nos bens privados de um homem de sua posição — roupas, utensílios de prata, cartas, documentos —, assim como objetos que eu não esperaria. Não os registrarei aqui salvo o que mais diretamente me concerne: uma caixa de cedro, fechada com chave, cuja chave guarda o governador, sobre cujo conteúdo o governador não disse nada.

Entrada 4 do contrarregistro

19 de novembro de 1527

Esta manhã houve um réquiem.

O governador convocou à capela de sua residência todos os membros de seu serviço doméstico e os funcionários que trabalham no edifício, inclusive eu. O padre celebrou uma missa de defuntos completa — um réquiem — interpretada com toda a correção litúrgica, tão bem executada como qualquer outra que eu já tenha escutado, o que me pareceu uma observação estranha em relação a um réquiem por um homem vivo, e desde então decidi que notar as coisas estranhas com precisão é minha melhor resposta disponível a este emprego.

O governador esteve presente durante todo o serviço. Estava sentado na cadeira da primeira fila, ao centro, como teria estado um dignitário num funeral

normal. Não tomou parte nos respondos. Apenas esteve sentado.

Os olhos do governador estiveram abertos durante todo o ato. Não se moveu, exceto uma vez, perto do final do *Agnus Dei*, quando virou a cabeça e olhou pela janela durante um tempo considerável. Não sei o que viu.

Depois do serviço, o governador agradeceu ao padre e despediu todos os presentes sem fazer nenhum comentário sobre o motivo do ato.

Não perguntei. Não é minha função perguntar.

Entrada 8 do contrarregistro

15 de março de 1528

O documento oficial que registra a sentença de um tal Hernán Quijano, arrendatário de pastos que operava sob a cédula do governador, diz como segue: *que o dito Hernán Quijano, havendo-se achado em infração das condições de sua cédula conforme consta no arquivo provincial sob selo datado de setembro de 1526, renunciou voluntariamente à sua pretensão e abandonou a província no prazo de trinta dias; e que este assunto fica resolvido a contento de todas as partes, neste dia quinze de março de 1528, na cidade de León.*

Este é o documento que preparei. Não contém erros de transcrição. Copiei-o do registro ditado pelo governador. A palavra «voluntariamente» figura no registro ditado pelo governador. Copiei-a fielmente.

O que observei foi o seguinte.

Hernán Quijano é um homem de quarenta e dois anos, boa saúde, três filhos, uma casa no bairro norte da cidade, e um arranjo de arrendamento que estava, por qualquer leitura da cédula que eu seja capaz de fazer, dentro dos termos nela estipulados. Acudiu ao gabinete do governador a convite do governador, o que é

dizer por instrução do governador, o que é dizer que não tinha alternativa prática a acudir. Sentou-se na cadeira em frente à escrivaninha do governador. O governador leu do documento da cédula. O governador explicou o que entendia que significava a cédula. O governador explicou o que aconteceria se se concluísse, após uma revisão mais detida, que a cédula contraviera os estatutos provinciais sobre terras. A explicação do governador levou aproximadamente quinze minutos. Ao concluir a explicação, Hernán Quijano disse que renunciaria de bom grado à sua pretensão, e agradeceu ao governador a clareza, e se retirou.

Durante esta explicação não foi tocado. Não houve violência na sala. Não se formulou nenhuma ameaça explícita. A palavra «voluntariamente» é exata no sentido estrito.

Sou notário há onze anos. Conheço o sentido estrito.

Anoto isto em meu registro privado e em nenhum outro. O documento oficial é correto. O governador o ditou. Copiei-o fielmente. Estes são os fatos de minha intervenção.

Escrevo-o porque o registro o exige. Se o registro é adequado ao ocorrido não cabe ao livro dirimi-lo.

Entrada 14 do contrarregistro

7 de agosto de 1529

O governador me convocou a seus aposentos para revisar o inventário de seus papéis privados. É um trâmite rotineiro — revisa o inventário duas vezes por ano e estou obrigado a presenciar a revisão e a certificar sua exatidão. Já o fiz duas vezes antes. O inventário é coerente com as versões anteriores, com um acréscimo.

O acréscimo é uma caixa de cedro, com fecho de ferro, de aproximadamente quarenta centímetros de comprimento, guardada no fundo da arca sob a janela do leste. A arca está fechada à chave; eu guardo a chave, que é minha disposição padrão com todos os materiais privados a meu cargo. A caixa de cedro tem seu próprio fecho. Eu não guardo a chave da caixa de cedro.

Anotei a caixa no inventário como: *Uma caixa de cedro, fecho de ferro, conteúdo não especificado, valor desconhecido. Presente e comprovada.*

O governador me observou enquanto escrevia isso. Depois disse: «Chegará um momento em que o bispo pedirá a chave da arca.»

Perguntei que bispo. Disse: «O atual, ou quem o for quando chegar o momento. Dê-lhe a razão que ele lhe der e deixe-o ter a chave. Ele saberá o que busca.»

Perguntei se o bispo precisaria também de uma chave para a própria caixa de cedro. O governador olhou-me um momento com o que só posso descrever como escrutínio, e depois disse: «Não. A caixa de cedro não terá de se abrir.»

Registrei esta conversa exatamente como ocorreu. Não sei o que contém a caixa de cedro. Tenho minhas suspeitas baseadas no que o governador contou a Varela sobre sua história com a expedição do Peru, que Varela me confiou em particular na primavera passada. Se minhas suspeitas estão corretas, a caixa de cedro contém um documento de considerável peso jurídico, o que significa que contém uma dívida, o que significa que é a coisa mais valiosa do arquivo provincial. Está guardada no fundo de uma arca em uma sala que tem goteiras quando chove do nordeste, o que ocorre durante seis semanas por ano.

Revisei o estado do encerado que a envolve. É adequado.

Entrada 31 do contrarregistro

1º de março de 1531

Esta tarde fui convocado ao gabinete privado do governador e tomei ditado de uma carta dirigida ao bispo da Nicarágua. A carta tratava, entre outras coisas, da caixa de cedro. Continha uma declaração filosófica sobre a natureza dos documentos. Terminava com uma instrução sobre a catedral.

A carta levou quarenta e cinco minutos para ser ditada. O governador ditou sem pausa nem hesitação, como um homem que lê de um texto memorizado. Deteve-se uma vez, perto do final, e olhou pela janela durante um tempo considerável. Já o vi fazer isso antes. Esperei. Retomou.

Ao concluir o ditado disse: «Sele-a e leve-a ao bispo esta tarde. Diga ao bispo que quero que a queimem quando a tiver lido.»

Selei a carta. Entreguei-a. Esta tarde, a convite do bispo, presenciei a queima: um prato de barro, a carta inteira, a cinza espalhada no jardim fora da janela do escritório do bispo. A queima durou aproximadamente quatro minutos. Não sei com exatidão, pois não estava olhando o relógio. Estava olhando o papel.

Voltei a meu quarto. É tarde, passada a segunda badalada, e não dormi. Estou sentado em minha escrivaninha com o contrarregistro aberto, o fogo baixo e uma cópia da carta diante de mim que transcrevi de memória assim que regressei do jardim do bispo.

Devo explicar por que fiz a cópia.

Fiz a cópia porque sou notário e a carta continha um acordo real com consequências reais para esta província, e o fogo do bispo não muda o que foi acordado. Fi-la porque o governador me deu a chave da arca e me disse que o bispo a pediria e não me perguntou o que eu pensava disso, que é o mais perto

que ele já esteve de confiar-me suas verdadeiras intenções. Fi-la porque ditou a carta neste cômodo, a mim, a sós, quando poderia ter utilizado qualquer outro meio de comunicação a sua disposição, e creio — não tenho certeza, mas creio — que estava ciente do que eu faria.

Escolheu-me porque tenho mãe indígena. Porque entendo duas coisas ao mesmo tempo.

Entendo isto: a carta foi queimada. Entendo isto: a cópia existe.

Não sei se isto é coragem. Estive sentado aqui duas horas tentando determinar se o que sinto é coragem ou sua ausência, e não consigo distingui-las. Pode ser que sejam a mesma coisa com luz diferente.

Vou tentar dormir. Amanhã o governador completará noventa e um anos. Não me pediu que organize nenhuma celebração.

Entrada final do contrarregistro

6 de março de 1531

Pedro Arias Dávila, governador da província da Nicarágua, morreu esta manhã entre a segunda e a terceira badalada, em seus aposentos, por causas concordes com sua idade. Varela me avisou ao amanhecer. Fui até a câmara. O corpo já havia sido disposto.

Minhas tarefas do dia:

Compilei o inventário oficial dos efeitos pessoais do governador, conforme os estatutos provinciais que regem a morte dos oficiais da Coroa. O inventário fica arquivado no arquivo provincial e certificado sob meu selo. É completo e exato.

Retirei a caixa de cedro da arca sob a janela do leste e a entreguei na residência do bispo ao meio-dia, como me havia sido instruído, em resposta a uma razão que o bispo me deu e que considerei suficiente. O secretário do bispo assinou o recibo da caixa de cedro. Tenho o recibo.

Voltei ao meu quarto e abri o contrarregistro.

Estive tentando por algum tempo pensar o que registrar aqui, e não encontro nada a acrescentar ao registro que mantenho há quatro anos. O governador morreu. Os documentos estão onde devem estar. A cópia da carta está onde eu a coloquei. A caixa de cedro está com o bispo.

Varela me disse esta tarde que o cargo será anunciado e que meus serviços são apreciados e que se fará uma disposição adequada para a minha transição. Mantinha as mãos muito quietas enquanto o dizia.

Agradeci-lhe.

Quero registrar uma coisa, para o arquivo que é só meu e que não espero que ninguém leia por muito tempo, se é que alguma vez se lê.

Não me pediu que não fizesse a cópia. Ditou a carta devagar, com pausas que eu não precisava. Disse-me que o bispo a queimaria. Sabia que eu mantinha este registro havia quatro anos — vi-o olhar para ele, nunca perguntou por ele, nunca me indicou que parasse. Deu-me a chave da arca e disse-me que esperasse a razão do bispo.

Ele construiu isto. Não me disse que o estava construindo porque sabia que não fazia falta dizer-mo.

Não sei como registrar o que sinto a respeito. Não tenho certeza de que registrá-lo seja minha função. Minha função é certificar o ocorrido, e o que posso certificar é isto: um homem passou noventa e um anos construindo coisas que não viveria para ver, e ao final construiu uma coisa mais, e eu fui o material.

Não creio que se enganasse a meu respeito.

R.C. de la Noche León, Nicarágua 6 de março de 1531

A deposição e a Entrada 14

Deposição oficial + entrada do contrarregistro · 7 de agosto de 1529

Documento 3 de 28. Primeira Parte: O notário do governador. Segue o contrarregistro (Documento 2) e precede a Entrada 31 (Documento 4).

Nota preliminar de Consuelo Vargas Montiel:

> *[C.V.: O Documento 3 são dois documentos apresentados juntos: o certificado oficial da revisão semestral dos papéis privados do governador, realizada em agosto de 1529, e a Entrada 14 do contrarregistro, escrita por Rodrigo no mesmo dia. O documento oficial tem cinco frases. A entrada privada tem quatro parágrafos. A deposição registra o que foi encontrado. A entrada do livro registra o que ele decidiu fazer a respeito. Entre eles, a caixa de cedro.]*

Parte A — Certificado oficial

7 de agosto de 1529

Eu, Rodrigo Cervantes de la Noche, notário, certifico que neste dia de agosto do ano do Senhor de mil quinhentos e vinte e nove, revisei juntamente com o governador Pedro Arias Dávila o inventário de seus papéis e bens privados, conforme o procedimento estabelecido.

O inventário é exato com a exceção do seguinte acréscimo: uma caixa de cedro, com fecho de ferro, conteúdo não examinado, de valor desconhecido. A caixa foi anotada no inventário. O governador confirmou sua exatidão.

Não foi eliminado nenhum bem. Não foi encontrada nenhuma discrepância.

Rodrigo Cervantes de la Noche, notário León, Nicarágua

[Selo]

Parte B — Entrada 14 do contrarregistro

7 de agosto de 1529

[Tal como se reproduz no Documento 2 desta edição. A passagem da caixa de cedro, reproduzida aqui em sua posição na ordem de leitura.]

Anotei a caixa no inventário como: *Uma caixa de cedro, fecho de ferro, conteúdo não especificado, valor desconhecido. Presente e comprovada.*

O governador me observou enquanto escrevia isso. Depois disse: «Chegará um momento em que o bispo pedirá a chave da arca.»

Perguntei que bispo. Disse: «O atual, ou quem o for quando chegar o momento. Dê-lhe a razão que ele lhe der e deixe-o ter a chave. Ele saberá o que busca.»

Perguntei se o bispo precisaria também de uma chave para a própria caixa de cedro. O governador olhou-me um momento com o que só posso descrever como escrutínio, e depois disse: «Não. A caixa de cedro não terá de se abrir.»

Revisei o estado do encerado que a envolve. É adequado.

[C.V.: O certificado oficial registra a caixa de cedro como «conteúdo não examinado». Isto é exato. Rodrigo não examinou o conteúdo. Não precisava. O contrarregistro deixa claro que ele já havia formado uma hipótese precisa sobre o que continha a caixa, baseada em uma conversa que mantivera com o secretário-geral na primavera anterior — uma conversa que não aparece em

nenhum documento oficial. O certificado oficial tem cinco frases. A entrada privada tem quatro parágrafos. Entre eles, a caixa de cedro.]

Entrada 31

Entrada do contrarregistro · 1º de março de 1531

Documento 4 de 28. Primeira Parte: O notário do governador. Precede imediatamente A carta (Documento 5).

Nota preliminar de Consuelo Vargas Montiel:

> *[C.V.: O leitor acaba de ler a Entrada 31 no Documento 2. Pertence aqui, na ordem de leitura, imediatamente antes da carta. A Entrada 31 foi escrita na mesma noite, depois que queimaram a carta e depois que Rodrigo havia feito a cópia de memória. Escreveu a cópia primeiro. Depois sentou-se com o contrarregistro e escreveu a Entrada 31, refletindo sobre o que acabara de fazer. Sei disso porque a entrada tem a tinta mais fresca — ele recarregou a pena entre uma e outra. A cópia da carta é a última coisa que Rodrigo escreveu que era sobre a carta; a Entrada 31 é a primeira coisa que escreveu depois que não era sobre ela.]*

A carta

Carta ditada (cópia) · 1º de março de 1531

Preâmbulo — Da mão de Rodrigo

Cópia de uma carta ditada por Sua Excelência dom Pedro Arias Dávila, governador da Província da Nicarágua, a seu notário Rodrigo Cervantes de la Noche, e dirigida ao Reverendíssimo frei Diego de Salamanca, bispo da Nicarágua. Ditada na câmara privada do governador neste primeiro dia de março, no Ano do Senhor de mil quinhentos e trinta e um. Nenhuma outra pessoa esteve presente. O governador não se fez reler a carta após o ditado. Disse: «Está bem.» Não a havia ouvido reler.

A carta

REVERENDÍSSIMA EXCELÊNCIA,

Escrevo-vos de um leito em que não dormi e de uma província que não será governada por mim por muito mais tempo. Observareis que o digo sem rodeios e sem cerimônia. Um homem que carregou consigo o seu próprio caixão durante dezoito anos teve tempo bastante para se acostumar à partida, e acho que já não me resta paciência para as formas de aproximação que por sete décadas observei na correspondência. Estamos, entre nós, demasiado velhos para isso. Vós tendes sessenta e três anos. Eu tenho noventa. Vivemos os dois o bastante para dizer o que queremos dizer.

Tenho um assunto que concluir.

Entre meus efeitos pessoais — especificamente entre os papéis que mantive

separados do arquivo provincial e sob minha própria fechadura desde o ano de 1526 — há um documento. Encontrá-lo-eis numa caixa de cedro, envolto em encerado, no fundo da arca que está sob a janela do oriente de minha câmara. A arca está fechada à chave. Meu notário Rodrigo tem a chave, juntamente com instruções de não a entregar sem um motivo que ele considere suficiente. Dai-lhe um motivo. É homem leal no que importa. Lê tudo o que copia, razão pela qual o tomei a meu serviço, e quando esta carta vos chegar às mãos ele já terá formado suas próprias conclusões sobre ela. Suas conclusões serão provavelmente justas.

O documento da caixa de cedro traz as assinaturas de Francisco Pizarro e Diego de Almagro, datado no sétimo ano do reinado de nosso soberano dom Carlos, que é dizer 1524. Consigna minha condição de sócio fundador da empresa que viria a ser, nos anos que se seguiram à minha retirada dela, a conquista do Peru. Conhecereis essa história em suas linhas gerais. O que não sabereis, porque não o disse a ninguém, é o que guardei.

Pizarro e Almagro foram homens minuciosos na maioria dos aspectos. Não foram minuciosos em matéria de papelada. O acordo original nunca se dissolveu formalmente — não porque alguém o esquecesse, mas porque os homens que estão prestes a ser muito ricos acham inconveniente dedicar uma tarde aos desejos administrativos do homem que estão deixando para trás. Retirei-me. Recebi minha compensação. Permiti-lhes proceder à sua glória. O que não permiti foi a devolução da minha cópia do acordo, e como eles eram avessos a pedir-ma diretamente e eu era avesso a oferecê-la, o documento permaneceu na caixa de cedro durante cinco anos, sem acumular nada salvo o mofo do encerado em clima chuvoso, e o considerável juro de uma dívida não paga.

Os documentos não se dissolvem. É a única qualidade sua que sinceramente jamais admirei. Um homem se dissolve. Um acordo se dissolve. Uma lembrança

se dissolve no instante em que a mente que a sustém se detém. Mas um documento — um documento com assinaturas, na língua devida, testemunhado e datado — esse persiste. Persiste sem importar que alguém queira ou não que persista. Persiste sem importar que alguém o leia, ou saiba que existe, ou preferisse que não existisse. Há nisso algo quase teológico, o que menciono apenas porque sois bispo e presumo que tais observações vos hão de ser afins.

O que o documento significa em termos legais é questão que encomendo aos eruditos com mais ócio do que o que possuo. O que significa em termos práticos é isto: é uma dívida. É a dívida de um império para com uma província. O império não reconhece esta dívida. O império está, à maneira dos impérios, habituado a reconhecer apenas o que lhe é conveniente. Mas o império constrói coisas. Constrói igrejas, guarnições, caminhos, portos, e por fim — quando quer demonstrar que um lugar merece ser governado, que o dinheiro gasto na conquista não se desperdiçou, que Deus olha com bom rosto o investimento — constrói catedrais.

Esta província terá uma catedral. Não a magra igreja provisional em que estais agora obrigado a oficiar, a que admite a chuva em outubro e exige três velas onde uma deveria bastar. Uma catedral verdadeira. Um edifício que seguirá de pé quando todos os que vivem hoje nesta cidade estiverem debaixo da terra. Não sei quando há de vir. Pode vir em vosso tempo, embora o duvide. Pode vir no tempo de vosso sucessor, ou no do sucessor dele, ou no de algum bispo cujo nome nenhum de nós dois reconheceria. Mas virá. Os impérios sempre constroem. É sua compulsão e sua vaidade e, se hei de ser justo com eles, uma das poucas coisas que fazem que sobrevive às razões pelas quais as fizeram.

Quando vier, apresentareis o documento a quem quer que tenha a comissão. Direis que o governador fundador desta província teve uma pretensão anterior

na questão do Peru — e que aqui está a prova da pretensão — e que a pretensão nunca foi saldada — e que León há de ter o edifício maior. Não direis nada sobre o seu valor legal. Permitir-lhes-eis que formem sua própria estimativa. Em minha experiência, os homens confrontados com um documento assinado de duas décadas atrás discutirão o valor legal por um tempo considerável antes de fazer qualquer coisa prática, e enquanto discutem os muros se erguerão, e trinta pés de pedra resolvem a maioria dos argumentos.

Sei que podeis ter reservas a este arranjo. Convido-vos a examiná-las. A reserva que mais me preocupa é a da irregularidade — a sensação de que um arranjo desta natureza, conduzido entre um governador agonizante e um bispo em exercício sem conhecimento dos conselhos e gabinetes pertinentes em Madri, poderia não estar inteiramente dentro dos limites do procedimento devido. Direi duas coisas em resposta a isto. Primeiro: venho operando fora do procedimento devido desde 1514, e mantenho a confiança de que o procedimento devido ainda não produziu nada digno de lembrança. Segundo: a alternativa é que o Peru, ao qual tornei possível custeando a expedição que o descobriu, erga uma catedral de primeira ordem enquanto a Nicarágua recebe o que sobre dos cálculos de homens que jamais puseram pé nesta província e a quem não se exige viver nela.

Tenho noventa anos. Dei morte a homens por menor causa que esta, e a mesma Coroa cujos procedimentos vos preocupam condecorou-me por isso. Peço-vos apenas que custodieis um documento.

O bispo que ocupar vosso posto quando o momento chegar saberá o que fazer com ele, porque vós cuidareis para que esse saber se transmita. Não exijo um mecanismo formal para isso. Uma história, contada em privado a vosso sucessor, com a entrega da caixa de cedro. Assim sempre passaram as coisas entre instituições quando as instituições desejam evitar que mediem por escrito.

Sois bispo. Sabeis como se faz.

Dir-vos-ei mais uma coisa, que vos digo porque será queimada com esta carta e nada me custará por isso.

Não creio no mundo que segue a este. Considerei a questão com cuidado — com mais cuidado, talvez, que a maioria dos homens, pois venho consciente de seu significado prático desde aquela manhã de 1513 em que despertei dentro de um caixão e achei que os criados não haviam esperado tanto quanto deviam antes de proceder com os preparativos. Tive dezoito anos para reconsiderar a questão e minha conclusão segue a mesma. O outro mundo é uma estrutura erguida por instituições poderosas para o governo dos homens que de outro modo fariam a este exigências irrazoáveis. Está eficientemente desenhado. Não tenho queixa dele. Simplesmente nunca o achei pessoalmente aplicável.

No que creio é neste mundo. Creio que o que um homem faz nele é tudo o quanto jamais terá, e que os homens que entendem isto fazem mais do que os que não, porque não reservam seus esforços para outra parte.

Fiz mais do que a maioria. Fiz Panamá. Fiz a Nicarágua. Fiz o registro legal desta província durante quatro anos seguidos, o que é em alguns aspectos uma realização mais permanente do que qualquer das outras, pois o registro legal é a única coisa que conta aos séculos vindouros o que de fato sucedeu, e fui cuidadoso com o que ele diz. Fiz as condições sob as quais o Peru foi possível, contribuição que os cronistas do Peru tomarão considerável empenho em não me creditar, e em assinalar a qual tomo aqui uma merecida satisfação, num documento que será queimado.

A catedral é a última coisa que farei. Não a verei. Não a ouvirei. Por toda forma de raciocínio ao meu alcance, não terei consciência alguma de que sequer existe. E, no entanto, acho que me importa consideravelmente. Venho pensando em por que é assim. Concluí que é isto: um edifício é o único argumento que

continua sem o seu autor. Um homem argui e lhe respondem, e depois morre, e o argumento cessa. Um edifício segue arguindo depois de o homem ter ido. Não o necessita. Não requer que ninguém o lembre. Simplesmente está ali, quarenta pés de pedra lavrada, e sustenta sua tese.

Quero que esta tese seja sustentada.

Construí-a grande. Construí-a em chão que não se mova — este chão se move, sabei-lo tão bem quanto eu, o Momotombo se encarrega disso, e o que aqui se erguer há de erguer-se sabendo que será posto à prova. Construí-a com boa pedra, bem cortada, e com matemáticas que sobrevivam aos homens que as calcularam. Não confieis nos homens que vos disserem que o que tendes é suficiente. Não são eles quem estarão dentro quando o chão tremer. Construí-a para que resista. Construí-a de modo que quando tudo o que a rodeie cair — e as coisas caem, aqui, tudo cai — a catedral siga de pé.

E construí-a de modo que, quando dentro de duzentos anos as pessoas estiverem de pé em seu interior, sintam algo que não saibam nomear. Eu senti isto em edifícios. Vós o sentistes. Não é Deus — ou não é só Deus — é o peso da vontade de um homem comprimida em pedra e argamassa e obrigada a persistir. Essa sensação, na catedral de León, será minha. Não exijo que ninguém o saiba. Exijo apenas que seja verdade.

Esta é minha teologia. Podeis conservar a vossa. Não tenho objeção à vossa. Servistes-la fielmente e ela vos serviu a vós adequadamente em troca, o que é o melhor que se pode dizer da maioria dos arranjos. Mas construí minha catedral primeiro. Construí-a primeiro e construí-a grande, e deixai que o argumento continue sem mim.

Sigo, como sempre segui, em serviço ao que construí e a nada mais.

Pedro Arias Dávila Governador da Província da Nicarágua Primeiro dia de março de 1531 Na cidade de León

Parágrafo acrescentado por Rodrigo — Em letra distinta, mesma data

O precedente é cópia fiel e completa da carta que me foi ditada na data acima consignada, e entregue por mim a Sua Excelência o bispo na tarde do mesmo dia, na condição especificada — selada, sem sobrescrito — e queimada por Sua Excelência em minha presença na noite do mesmo dia, por volta da hora de vésperas, numa escudela de barro que se levou depois ao exterior e cuja cinza foi espalhada no jardim. Testemunhei tudo isto. Não fiz comentário algum.

Transcrevi esta cópia porque um notário é guardião do ocorrido. O que o governador ditou ocorreu. A fogueira do bispo não muda o ocorrido. Um documento destruído continua sendo um documento. Simplesmente passa a ser um documento que requer que um notário houvesse estado atento.

Estou ciente do risco que esta cópia acarreta. Estou ciente de que, se fosse encontrada pelas pessoas erradas, perderia meu posto, a segurança de minha família e talvez mais que isso, pois o conteúdo toca o Conselho das Índias e o bispo em proximidade pouco favorável. Estou também ciente de que li esta carta inteira — duas vezes, enquanto a transcrevia; uma mais depois, para certificar-me de que a havia copiado corretamente — e de que contém um arranjo que, se honrado, afetará esta província por gerações, e de que pareço ser a única pessoa alheia à confidência do bispo que sabe de sua existência.

Não busquei este posto. Encontrou-me por via de meu emprego, e por via do fato de que o governador escolheu, como tudo escolhia, ter uma só pessoa presente e escolher essa pessoa com cuidado. Não creio que ignorasse que eu a copiaria. Creio que lhe era indiferente. Deu-me a chave da caixa de cedro. Disse-me que o bispo a pediria. Não me disse que não lesse o documento que

continha.

Não sei se esta cópia é coragem. O registro a exigia. Se o que fiz basta não é coisa que me corresponda decidir. É o que tenho.

Rodrigo Cervantes de la Noche, notário León, Nicarágua Sexto dia de março de 1531

[C.V.: A data do parágrafo de Rodrigo é 6 de março — cinco dias após o ditado da carta. É a data da morte de Pedrarias. O inventário dos bens do governador — Documento 6 desta coleção — está datado também de 6 de março. Rodrigo compilou o inventário e transcreveu esta cópia no mesmo dia, nas mesmas horas. Não sei em que ordem fez estas coisas. Não creio que a ordem importe. O que importa é que fez ambas.]

Nota de seção de Consuelo Vargas Montiel:

> *[C.V.: O Documento 6 não requer introdução.]*

O inventário

Inventário oficial · 6 de março de 1531

Documento 6 de 28. Primeira Parte: O notário do governador. Segue A carta (Documento 5) e precede a carta de Rodrigo a Catalina (Documento 7).

INVENTÁRIO OFICIAL

Por autoridade da Coroa de Castela, em nome de Sua Majestade Imperial Carlos, Rei de Castela, Leão, Aragão e das Duas Sicílias, Sacro Imperador Romano:

Inventário dos bens pessoais de Sua Excelência Pedro Arias Dávila, Cavaleiro Comendador da Ordem de Santiago, Governador da Província da Nicarágua, falecido neste sexto dia de março no Ano de Nosso Senhor de mil quinhentos e trinta e um, na cidade de León, em seu sexagésimo sétimo ano de serviço à Coroa.

Compilado em conformidade com os Estatutos Reais que regem os bens dos oficiais da Coroa falecidos em serviço nos territórios americanos, especificamente a Ordenança de Burgos conforme as disposições complementares de 1523. Compilado por Rodrigo Cervantes de la Noche, notário do governador, no exercício de seu cargo oficial. O inventário é completo segundo o leal saber e entender deste notário. Está certificado sob o selo do notário ao final deste documento.

PRIMEIRA PARTE — MOBILIÁRIO E BENS PESSOAIS DA CÂMARA DO GOVERNADOR

Uma cadeira entalhada, de carvalho, de espaldar alto, com braços, em condições de uso, com uma almofada de lã vermelha, gasta. Valor estimado: oito maravedis.

Uma escrivaninha, de cedro, três gavetas, ferragens de ferro, uma gaveta com fundo falso, vazia. O fundo falso não continha documento algum no momento do inventário. Valor estimado: doze maravedis.

Um arcaz, de pinho, fechadura e asas de ferro, conteúdo inventariado em separado na Terceira Parte abaixo. Valor estimado: cinco maravedis.

Uma cama, estrutura de madeira tropical, encordoado de corda, colchão com enchimento de algodão, em mau estado nas costuras. Dois cobertores de lã, um em condições de uso, outro não. Um travesseiro, recheado de penas, em condição adequada. Valor estimado do conjunto: nove maravedis.

Um suporte de escrita, portátil, com dobradiças de ferro, dos de campanha, capaz de ser dobrado para viagem. Três tinteiros de cerâmica, dois dos quais conservam tinta utilizável. Um maço de penas de ave, algumas usadas, outras não, amarradas com barbante. Valor estimado: seis maravedis.

Sete velas de cera, brancas, não usadas. Quatro velas de cera, parcialmente usadas, de comprimentos diversos. Valor: insignificante.

Uma cruz de madeira, pinho liso, sem inscrição nem ornamento algum, pendurada sobre a cama por um único prego de ferro. Valor: insignificante.

Um livro de orações, encadernado em couro castanho, muito gasto na lombada, com anotações marginais em duas mãos distintas, nenhuma das quais este notário pode identificar com certeza como sendo a do governador. O livro de orações não consta em separado no catálogo privado. Valor: não avaliável.

Um caixão, de madeira lisa — pinho, crê este notário, embora a qualidade da construção seja melhor do que a do pinho comum sugere —, com quatro asas de

ferro e sem inscrição de qualquer tipo. Presente na câmara no momento da morte do governador, situado contra a parede oeste, junto à porta. Tendo me informado com a criadagem, comunicaram-me que o caixão era propriedade pessoal do falecido e havia estado em sua posse contínua desde o ano de 1513, um período de dezoito anos, e que o acompanhou em todas as suas viagens e residências oficiais subsequentes, inclusive durante seu mandato como Governador-Geral de Castela do Ouro e sua transferência dali para esta província. Incluí-o neste inventário como bem pessoal por considerar que evidentemente era bem pessoal, fosse o que fosse o resto. Valor estimado: não avaliável.

SEGUNDA PARTE — VESTIMENTA E INSÍGNIAS

Uma corrente de comando do governador, de prata, doze elos, com um medalhão trazendo as armas reais, em bom estado. Este objeto é propriedade da Coroa e deve ser devolvido ao gabinete vice-real da Cidade do México. Está aqui registrado apenas para constância.

Uma espada de gala, de aço de Toledo, copo de prata com uma pequena esmeralda engastada no punho, bainha de couro lavrado com guarnições de prata, em excelente estado. Valor estimado: quarenta maravedis.

Uma espada comum, de aço de Toledo, copo liso de ferro, bainha de couro liso, em condições de uso. Valor estimado: quinze maravedis.

Um casaco militar, de lã, escuro, com a insígnia da Ordem de Santiago no peito, em condições de uso. Dois pares de botas, de couro, um em bom estado, outro furado na sola esquerda. Um chapéu, de aba larga, feltro preto, com fita escura, em condições de uso. Duas camisas de linho, uma camisa de lã, dois pares de meias-calças. Diversa roupa de baixo, não detalhada.

Três pequenas peças de joalheria pessoal: um anel, de prata, sem pedra, uma aliança lisa do tipo que se usa em luto; um anel, de ouro, com um sinete que não consigo decifrar com clareza suficiente para descrever; uma medalha de Santiago, pequena, usada numa corrente, que a criadagem informa que ele portava em todos os momentos e que foi encontrada em sua pessoa esta manhã.

TERCEIRA PARTE — PAPÉIS E DOCUMENTOS

O governador mantinha seus papéis pessoais separados do arquivo provincial, no arcaz descrito na Primeira Parte. O arcaz estava trancado; guardo a chave em minha capacidade oficial. Abri o arcaz esta manhã e inventariei o conteúdo como segue.

Materiais do arquivo provincial: Quatro pastas de correspondência relativa à administração provincial, cópias de documentos arquivados. São registros oficiais e são transferidos ao arquivo intactos.

Correspondência privada: Onze cartas de diversas pessoas, abrangendo o período 1524–1530. Li as cartas conforme exige o procedimento de inventário. Nenhuma delas se refere diretamente a assuntos provinciais nem requer retenção no arquivo oficial. Pus-as de lado para disposição a critério do administrador provincial.

Uma caixa de cedro, com fecho de ferro, envolta em oleado, guardada por baixo dos materiais acima. Inventariei esta caixa em separado. Seu conteúdo não está descrito aqui. A caixa foi entregue na residência do bispo da Nicarágua esta tarde, ao meio-dia, em conformidade com as instruções que recebi do governador antes de sua morte e em resposta a uma razão oferecida pelo bispo que considerei suficiente. Um recibo assinado pelo secretário do bispo está anexado a este inventário como Apêndice A.

Uma carta, ditada pelo falecido a este notário no primeiro dia de março deste ano, quatro dias antes de sua morte, selada por este notário e entregue a Sua Excelência o bispo da Nicarágua na tarde do mesmo dia. A carta foi queimada pelo bispo na presença deste notário na noite de 1º de março, por volta da hora de vésperas, num prato de barro, cujas cinzas foram espalhadas no jardim da residência do bispo. A queima foi conduzida por expressa instrução do falecido, comunicada a este notário no momento do ditado. Este notário não fez cópia alguma. O conteúdo da carta não consta, por conseguinte, no registro oficial desta província.

[C.V.: O leitor já leu a cópia.]

CERTIFICAÇÃO

Eu, Rodrigo Cervantes de la Noche, notário do Governador da Província da Nicarágua, certifico por este meio sob meu selo oficial que o inventário antecedente é completo e exato segundo o leal saber e entender deste notário, compilado neste sexto dia de março do Ano de Nosso Senhor de mil quinhentos e trinta e um, na cidade de León, na Província da Nicarágua, no reinado de Sua Majestade Imperial Carlos.

Que Deus guarde a alma de Pedro Arias Dávila.

Rodrigo Cervantes de la Noche Notário León, Nicarágua 6 de março de 1531

[Selo]

Apêndice A — O recibo da caixa de cedro — não está reproduzido nesta edição. Conserva-se no Arquivo Diocesano de León, Nicarágua, no mesmo maço que o

inventário diocesano de 1647 (Documento 9). É um recibo de uma caixa, de cedro, com fecho de ferro, envolta em oleado, recebida de Rodrigo Cervantes de la Noche no sexto dia de março de 1531. O conteúdo é descrito como: não especificado. O destinatário é descrito como: o gabinete do bispo da Nicarágua.

[C.V.: Optei por não reproduzir o recibo. Nada acrescenta exceto a confirmação de que existe um recibo. Incluo esta nota apenas porque a ausência de um documento, numa edição desta natureza, deve ser sempre uma decisão editorial deliberada e não um descuido. O recibo não é descuido de ninguém. Simplesmente não é interessante. A caixa de cedro sim o é.]

A carta de Rodrigo a Catalina

Carta pessoal · 1546

Documento 7 de 28. Primeira Parte: O notário do governador. Encerra a Primeira Parte. O sétimo e último documento do maço de damasco de seda.

Nota de Consuelo Vargas Montiel:

> *[C.V.: Esta carta não estava na caixa de cedro. Foi encontrada no Arquivo Diocesano de León, num maço de correspondência miscelânea de meados do século XVI, mal arquivada entre uma demarcação de terras de 1543 e um registro de manutenção da catedral de 1551. Está dirigida a «minha filha Catalina, em Salamanca, se isto chegar às suas mãos». Ao que parece nunca foi enviada. Não sei quando Rodrigo a escreveu — a data está ausente — mas a letra é mais antiga do que a das entradas do contrarregistro, mais laboriosa, e o papel é diferente. Coloco-a depois do inventário porque se lê como um posfácio.]*

Catalina:

Não sei se estás viva.

Se estás, é possível que esta carta te chegue, porque já soube localizar pessoas antes com menos informação. Se não estás, darei a carta a quem possa levá-la ao lugar onde te deixei, que talvez ainda haja alguém que te conheça e que tenha filhos que te conhecessem e que pudesse dizer-lhes o que estou prestes a te dizer, embora nesse caso seja uma carta para pessoas que não conheço sobre fatos que lhes concernem por razão de sua descendência.

Escrevo isto de meu leito. O médico diz que tenho boas perspectivas; o médico diz isso com o tom de alguém que está preparando seu paciente para a possibilidade contrária. Aprendi a ler esse tom. Eu mesmo o utilizava com frequência, quando devia informar a pessoas sobre assuntos que o registro oficial não contemplava que eu lhes informasse.

Tenho o hábito da sobriedade, que talvez te lembres de tua infância, e que tentei corrigir nos últimos anos. Vou tentar ser direto.

Passei os últimos quatro anos de vida do governador Pedro Arias Dávila a seu serviço como notário privado. Foi um emprego incomum. O governador era, no momento em que o conheci, o homem mais ancião das Américas, possivelmente o mais ancião de todo o mundo conhecido, e estava há dezoito anos carregando seu próprio caixão, metaforicamente falando, e também de forma bastante literal, pois tinha um caixão que era de sua propriedade e que adquirira em 1513 depois de despertar dentro de um emprestado. Tinha noventa e um anos de idade quando morreu. Conheci-o quando tinha oitenta e sete.

A razão pela qual te conto tudo isto é que há algo que devo te dizer sobre uma cópia de um documento que fiz em 1531 e que tenho guardado desde então, e que é a razão, ou uma das razões, de que esta carta seja necessária.

O governador ditou uma carta. A carta foi queimada. Eu fiz uma cópia.

Fiz uma cópia. Guardei a cópia. Tenho-a guardado durante catorze anos.

Não vou explicar-te por que fiz a cópia, porque tentei explicá-lo em outros lugares e não tenho certeza de que a explicação seja a parte honesta. O que sei é que cheguei ao fim de minha vida sendo o único depositário de certo conhecimento, e que esse conhecimento tem consequências para pessoas que ainda não nasceram, e que seu valor não diminuirá com minha morte mas sua acessibilidade sim.

A cópia está na caixa de cedro. A caixa de cedro está no arquivo que seu bispo daqui guarda como o governador me instruiu que se guardasse. Se o que o governador acreditava resulta ser verdade — e creio que era, porque era o tipo de homem cujas crenças sobre o futuro tendiam a verificar-se — haverá uma catedral, e haverá pessoas que construirão a catedral, e se construírem a catedral como o governador queria que fosse construída, haverá pessoas que algum dia vão querer saber por que é como é, e essas pessoas precisarão dos documentos.

Talvez sejas tu. Talvez sejam teus filhos. Talvez seja alguém que descenda deles de maneiras que nenhum de nós pode imaginar.

Se tens filhos, diga-lhes que seu avô era um notário que manteve dois jogos de registros e não se sentia totalmente confortável com isso e o fez mesmo assim, que é provavelmente o epitáfio mais honesto que vou ter.

Rodrigo Cervantes de la Noche León, Nicarágua

[C.V.: Catalina não recebeu nenhuma carta de seu pai depois de 1547. Se estava viva não se estabelece em nenhum registro que eu tenha encontrado. Se esta carta alguma vez foi enviada tampouco se estabelece — foi encontrada por enviar, mal arquivada, catorze anos depois de presumivelmente ter sido escrita. Não sei se Rodrigo contemplou a possibilidade de que não a alcançasse e a escreveu mesmo assim, no mesmo espírito em que fez a cópia da carta. Creio que provavelmente sim.]

Parte II

A confissão do arquiteto

**Nota contextual de Consuelo Vargas Montiel* Devo dizer algo sobre a geografia antes que o leitor avance, porque a geografia é uma prova. León Viejo — a cidade onde Rodrigo serviu a Pedrarias, onde ocorrem os eventos dos primeiros sete documentos — foi destruída em 1610 por uma combinação de erupção vulcânica e enchente. A cidade atual de León foi reconstruída quatro quilômetros a oeste. A Catedral Basílica da Assunção, o edifício de que trata a maior parte desta edição, foi construída nessa nova cidade entre 1747 e 1814. Está a quatro quilômetros de distância do lugar onde Pedrarias ditou a carta que se tornou o Documento 5. Menciono isso porque a distância importa. Os documentos que Pedrarias reuniu na caixa de cedro sobreviveram à destruição de León Viejo — sobreviveram ao vulcão, à enchente, a cento e trinta e seis anos de transferências de arquivo — e chegaram intactos ao século XVIII para financiar a construção de um edifício em uma cidade diferente daquela em que foram concebidos. Sei disso porque estive presente em uma sala de leitura da rua Santo Tomás onde a luz invernal entra por janelas altas e se esgota completamente às duas da tarde, e encontrei o rastro documental de sua transferência. A documentação da transferência conserva-se no Arquivo Geral das Índias. Pedi a permissão de acesso pertinente em 1974 e a obtive em 1976. A história de como chegou a*

Sevilha o que havia sido concebido em León Viejo é a história que contam os documentos desta parte.

Nota privada do bispo Rodrigo de la Vega

Nota privada episcopal · c. 1610–1611

Documento 8 de 28. Documento ponte entre a Primeira Parte e a Segunda. Nota privada do bispo Rodrigo de la Vega, escrita em León Viejo em data indeterminada de seu episcopado (1601–1619). Encontrada solta no Arquivo Diocesano de León em 1976, em uma pasta de correspondência episcopal extraviada entre os registros administrativos da transferência posterior a 1610.

Nota de seção da Consuelo:

> *[C.V.: Uma única folha, escrita no verso de um rascunho de sermão. A letra é apressada. O papel está manchado com o que um restaurador me disse ser quase com certeza cinza vulcânica. Incluo-o pelo que preserva: o momento em que um homem recebeu a caixa, foi-lhe dito alguma parte do que ela era, e decidiu guardá-la mesmo assim.]*

Para o arquivo. Não para o inventário.

Recebi a caixa de cedro do bispo Tomás de Mendoza no terceiro domingo do Advento, em seus aposentos, dois dias antes de sua morte. Fez-me sentar. Tinha a caixa sobre a mesa entre nós, envolta em encerado que eu não teria sabido reconhecer como outra coisa senão encerado.

Disse-me três coisas.

A primeira foi que a caixa havia sido guardada por cada bispo desta diocese desde uma data que ele não podia me dar, mas que era mais antiga do que os registros que ele mantinha. A segunda foi que não devia ser aberta. Disse-o duas vezes, com palavras diferentes, para que eu não confundisse a instrução com

uma sugestão. A terceira foi que dizia respeito a um acordo feito para o futuro desta cidade por homens que não estariam vivos para ver se o futuro chegaria. Disse: *a caixa guarda fé com o prometido. Não somos nós que o prometemos. Somos nós que o guardamos.*

Perguntei-lhe o que havia sido prometido. Olhou-me longamente. Depois disse: *uma catedral. Não a que existe. A que existirá. E os meios com que será paga, e os nomes daqueles que pagarão.*

Não perguntei mais. Não tenho perguntado mais desde então.

Já se passaram cinco meses desde a montanha. A cidade se desloca. Levamos o que pode ser levado e deixamos o que não. Dei instruções para que a caixa de cedro vá com as vestes diocesanas, na segunda carreta. Viajará sob o selo da diocese, sem descrição no manifesto. Falei com o sacristão-mor. Não perguntará por quê.

Enquanto isto se decide, ocupam-me outras coisas que o ofício exige consignar. Anoto aqui o que não irá ao inventário diocesano, porque o inventário diocesano é lido.

Precisamos de sacerdotes. A província inteira me ficou servida por nove presbíteros e dois diáconos, dois daqueles velhos e um enfermo. Escrevi ao provincial dominicano da Guatemala pedindo quatro homens. Ofereceram-me dois, ambos abaixo da regra em disciplina, o que entendo significa que na Guatemala tampouco lhes sobra ninguém. Escrevi ao franciscano. Não respondeu. Escreverei de novo quando termine a estação das chuvas e os caminhos voltem a ser caminhos.

Entre os homens que tenho, o diácono Valverde — escrevo o sobrenome a contragosto, e só porque este papel não sairá de minha mão — preocupa-me. Não por nada que possa pôr-se por escrito numa visitação. Dá bem a doutrina. Cumpre os ofícios. Mas observo como trata com os índios do bairro ocidental

quando crê que não é visto, e observo como trata com a viúva de Cárdenas quando sabe que é visto, e são dois homens distintos. Um homem que é dois homens, no sacerdócio, é um homem que termina por escolher o pior. Ainda não decidi o que fazer. Deixo-o aqui escrito para que conste que vi.

De Tola escreveu-me o cura pároco a semana passada acerca da beata de sua paróquia — não dou o nome porque ela tem devotos e os devotos leem o que não deveriam — que começou a dirigir rezas públicas a uma imagem do Menino Jesus no quintal de sua casa, com velas e cantos em língua e procissões às sextas-feiras que terminam numa pia de água que ela declara bendita por aparecidos. É boa mulher. Não duvido de sua intenção. Mas a linha entre a devoção do povo e outra coisa que ainda não sei nomear passa pelo seu quintal, e um bispo que não atende essa linha termina bispo de algo que já não é de todo a Igreja. Escrevi ao cura instruindo-o a assistir às próximas três procissões e me informar. Escrevi a ela mesma com prudência, louvando seu zelo e lembrando-lhe que toda devoção deve oferecer-se em latim ou em castelhano e sob a direção do pároco. Não sei se bastará. Suspeito que não.

Recolho estas coisas num papel e a administração do sagrado e a administração do profano parecem-me, esta tarde, ofícios do mesmo homem. De manhã ordeno carroças e talhas e manifestos; ao meio-dia guardo uma caixa cujo conteúdo não devo conhecer; à tarde decido se um diácono permanece em sua ordem e se uma mulher pode chamar bendita sua água. E tudo isso, segundo me foi ensinado, faço-o in persona Christi. Não sei se Cristo administrava com esta classe de papel. Suspeito que sim, no sentido em que sustentou tudo o que se Lhe entregou.

Não sei o que a caixa contém. Sei que o bispo Mendoza acreditou que importava. Sei que o que me disse não foi tudo o que sabia. Sei que devo dizer a meu sucessor o que me foi dito, e não mais, e exigir que faça o mesmo. A

corrente é mais antiga que minha mão. Será mais antiga que minha mão quando eu já não estiver.

O que não entendo deixo a Deus. A corrente resistiu. Eu a sustentei.

Rodrigo de la Vega, bispo da Nicarágua Sem data [c. 1610–1611, do seu próprio punho]

---

*[C.V.: A morte do bispo Mendoza está registrada em 18 de dezembro de 1610, três meses após a erupção do Momotombo destruir León Viejo. O "terceiro domingo do Advento" de 1610 caiu em 13 de dezembro, o que situaria esta entrega cinco dias antes de sua morte, não dois. Ou a memória do bispo era aproximada, ou o calendário diocesano não coincidia com o civil, ou ditava de um leito de doente e a mão que o pôs por escrito não era a sua. Considerei as três.

Uma irregularidade à parte que deixo aqui registrada por completude: o inventário diocesano de 1647 (Documento 9 desta coleção) situa o início do episcopado de De la Vega em 1601 — nove anos antes da entrega que esta nota descreve. Por essa conta, Mendoza não era o predecessor de De la Vega na sé no momento da entrega, e, no entanto, De la Vega o chama de "o Bispo" e Mendoza lhe diz que "a caixa havia sido guardada por todo Bispo desta diocese". A leitura mais simples é que Mendoza, por volta de 1610, era um bispo emérito ou um bispo retirado que havia conservado a caixa informalmente para além de seu mandato, e que "todo Bispo" era entendido por ambos os homens como a linha dos que haviam ocupado o cargo, e não uma sucessão estrita de ofício para ofício. A cadeia de custódia, dito de outra maneira, corria pelos homens, não pelo selo. Registro a discrepância porque, em boa consciência, não posso reportar o problema do Advento e passar este

outro em silêncio.]

A caixa de cedro deixou León Viejo na segunda carreta, sob o selo da diocese, sem descrição no manifesto. Uma visita pastoral do bispo Antonio de Zayas em 1583, o único rastro documental da passagem da caixa pelas gerações intermediárias, registra entre o conteúdo da câmara-forte diocesana «um cofre selado de madeira de cedro, cujo conteúdo não foi aberto desde os tempos do bispo Mendoza, do qual não existe manifesto». Em 1647 estava no armário fechado do estudo do bispo na nova León, registrada como "guardada sob a autoridade do escritório do bispo por sucessão contínua". A corrente resistiu. Resistiu mais cento e trinta e oito anos antes que o bispo Isidoro Venegas de Cienfuegos a colocasse sobre uma mesa diante de um arquiteto chamado Ignacio Moya em 1748 e começasse a explicar.]

Inventário diocesano de 1647

Inventário diocesano · 1647

Documento 9 de 28. Inventário diocesano que registra a caixa de cedro no depósito episcopal cento e dois anos após a Primeira Parte. O segundo de dois documentos-ponte entre a Primeira Parte e a Segunda.

Nota de Consuelo Vargas Montiel:

> *[C.V.: 1647. León. Cento e dois anos após o último documento da Primeira Parte, a caixa de cedro reaparece num inventário institucional.]*
>
> *Este documento se inclui por um único assento. O inventário diocesano de 1647 é um registro administrativo rotineiro — uma contabilidade exaustiva dos bens eclesiásticos em posse da Diocese da Nicarágua, compilado por ordem do bispo Marcos de Morales no ano centésimo décimo sexto desde a fundação da diocese. Tem trinta e sete páginas. Reproduzo aqui apenas as páginas 28 e 29, que dizem respeito à biblioteca privada do bispo e ao depósito de documentos. O leitor notará um assento.]*

INVENTÁRIO DIOCESANO DA NICARÁGUA

Compilado por ordem do Reverendíssimo Bispo Marcos de Morales

León, Nicarágua, no Ano do Senhor de 1647

Páginas 28–29: Biblioteca privada do bispo e depósito de

documentos

[Páginas anteriores omitidas. O inventário continua desde a página 27.]

Gabinete do bispo, estantes do muro oriental: Trinta e dois volumes de teologia, procedência mista, estado de bom a regular. Seis volumes de direito canônico, edição de Salamanca, estado bom. Quatro volumes de ordenações de administração colonial, estado regular. Dois volumes de história diocesana, manuscritos, compilados por antecessores, estado regular. Um missal, iluminado, estado excelente, valor não estimável.

Gabinete do bispo, armário fechado a chave: Um conjunto de selos diocesanos, vigentes e retirados, em estojo de madeira. Três pastas de correspondência ativa. Uma pasta de correspondência de bispos antecessores, atada com cordel, não inventariada em detalhe conforme instrução permanente. Uma caixa de cedro, com fechos de ferro, envolta em encerado, estado excelente, conteúdo não examinado, conservada sob selo episcopal; o assento é anterior ao registro atual.

A caixa de cedro foi conservada por esta diocese desde ao menos o episcopado do bispo Rodrigo de la Vega (1601–1619), que a consignou em seu próprio inventário como recebida de seu antecessor, que a havia recebido do seu. A cadeia de custódia anterior ao bispo de la Vega não foi reconstruída, pois os registros pertinentes se perderam nos sucessos de 1610.

Conteúdo: não examinado. Valor: não estimável. Instruções de disposição: a caixa deverá ser conservada por cada bispo em sucessão e entregue a seu sucessor, junto com uma instrução oral privada relativa à sua significação. A natureza de tal instrução não se consigna aqui.

Gabinete do bispo, depósito geral: Diversos materiais administrativos, não inventariados individualmente.

[O inventário continua na página 30.]

[C.V.: Os sucessos de 1610 a que se refere o inventário são a erupção do vulcão Momotombo, que destruiu a cidade original de León — León Viejo, a cidade onde Rodrigo Cervantes de la Noche serviu como notário — e precipitou a transferência da diocese para seu sítio atual. Quaisquer registros anteriores ao episcopado do bispo de la Vega se perderam naquela destruição.]

A caixa de cedro não se perdeu. Mudou-se com a diocese.

Alguém a tirou de León Viejo antes da erupção, ou durante ela, ou imediatamente depois. O inventário não consigna quem. Para 1601 já estava em posse da diocese «por sucessão contínua». Alguém manteve viva a instrução oral através do caos de 1610 e da transferência que se seguiu.

Pensei muito nisto. Uma cidade é destruída. A igreja se muda. No traslado de materiais da velha cidade para a nova, alguém se certificou de que uma caixa de cedro envolta em encerado viesse com eles, e o disse ao próximo bispo, e o próximo bispo o disse ao seguinte, por cento e dezesseis anos, até que o bispo Isidoro Venegas de Cienfuegos a pôs sobre uma mesa diante de um arquiteto chamado Ignacio Moya em 1748 e lhe explicou o que era.

Sobreviveu. O que me fica é que as pessoas que a carregaram sabiam que valia a pena que sobrevivesse.]

Petição do bispo

Petição episcopal · 1745

Documento 10 de 28. Segunda Parte: A confissão do arquiteto.

Nota de Consuelo Vargas Montiel:

> *[C.V.: Esta petição foi apresentada pelo bispo Isidoro Venegas de Cienfuegos ao Conselho das Índias em 1745. É o centésimo décimo quinto ano dos duzentos e dezoito que transcorreram entre a morte de Pedrarias e a finalização da catedral. O bispo não sabia que era o centésimo décimo quinto ano. Sabia que estava esperando há muito tempo.]*
>
> *Entre a nota de Rodrigo de la Vega do Documento 8 e esta petição medeiam cento e trinta e quatro anos. Passaram pelas mãos da diocese onze bispos, oito dos quais morreram no cargo e três dos quais o abandonaram por motivos que os registros consignam com a elegante reticência da administração eclesiástica. A caixa de cedro permaneceu no armário fechado do escritório do bispo durante todos esses episcopados, e de todos esses episcopados só o inventário de 1647 — Documento 9 — e esta petição sobrevivem como rastro documental de sua existência consciente. O silêncio do arquivo entre ambas as peças não significa que a cadeia se tenha rompido. Significa que os bispos que a sustentaram não escreveram sobre ela, o que era o que se lhes havia instruído. A cadeia que não se nomeia é a que dura.]*

Ao Conselho das Índias:

Apresento ao Conselho uma petição de autorização e financiamento para a

construção de uma catedral em León, Nicarágua.

A diocese da Nicarágua existe desde 1531. Durante esse período, os fiéis desta província celebraram o culto em uma sucessão de estruturas que no melhor dos casos são provisórias e no pior inadequadas. A mais recente, construída em 1640, tem telhado de palha em sua nave central. Isto não é apropriado para a sé de uma diocese.

O Conselho pode assinalar que já se apresentaram petições anteriores. Assim é. Apresentaram-se petições em 1610, 1624, 1638 e 1711. Cada uma foi tomada em consideração e diferida. Apresento esta petição com pleno conhecimento de que pode ser diferida de novo. Sou bispo desde 1738. Aprendi a aguardar.

O que apresento com esta petição: um plano esquemático das dimensões propostas, preparado por um arquiteto local; uma estimativa dos custos elaborada pelo mesmo arquiteto; e um instrumento separado que detalha uma fonte de financiamento privado que se ofereceu para complementar qualquer alocação que o Conselho tenha por bem aprovar. O instrumento de financiamento privado foi encontrado no arquivo diocesano anexo a uma caixa de cedro cujo conteúdo, por instrução escrita, não deve ser divulgado sem mais contexto do que posso fornecer nesta carta. Posso dizer que a fonte é legítima, que os fundos são reais e que sua existência fará que o projeto seja factível em termos fiscais sem impor um ônus indevido sobre os recursos da Coroa.

Fui paciente. Não sou mais paciente. Tenho sessenta anos e gostaria de ver uma catedral antes de morrer.

Isidoro Venegas de Cienfuegos, bispo da Nicarágua León, Nicarágua 15 de janeiro de 1745

[C.V.: O Conselho aprovou a petição em 1747. O bispo Venegas de Cienfuegos

tinha sessenta e dois anos no momento da aprovação. Morreu em 1778, quando a catedral estava há trinta e um anos em construção. A fachada estava terminada. As torres ainda não. Era paciente, no fim das contas.]

Busquei no arquivo correspondência anterior de Venegas de Cienfuegos sobre a caixa, sem êxito. Sua gestão episcopal gerou, segundo o índice diocesano de 1779, novecentas e trinta e sete peças de correspondência conservadas, das quais li trezentas e dezesseis. A caixa não aparece em nenhuma. Aparece, uma só vez, numa nota marginal sem assinatura sobre uma folha de contas de 1741: «segue fechada». Três palavras. O bispo da Nicarágua tinha cinquenta e seis anos, levava nove de episcopado, e havia escrito três palavras sobre o objeto que ia definir sua sucessão. Li-as duas vezes para me assegurar de que estava lendo o que parecia estar lendo. Estava.]

Decreto do Conselho

Decreto do Conselho · 1747

Documento 11 de 28. Segunda Parte: A confissão do arquiteto.

Nota de Consuelo Vargas Montiel:

> *[C.V.: A aprovação. Dois anos após a petição. O Conselho das Índias aprovou a construção da Catedral de León em agosto de 1747 e autorizou a contratação de um arquiteto vindo do sistema de oficinas coloniais. O que o Conselho não sabia — o que ninguém em Madri sabia — era a natureza dos planos que estava aprovando. Os planos aprovados são aqui descritos como desenhados por Diego de Porres, de Guatemala. Não foram os planos que se construíram.]*

POR AUTORIDADE DO CONSELHO DAS ÍNDIAS

Em nome de Sua Majestade Fernando VI, Rei de Castela, León, Aragão e das Índias:

Tendo recebido e considerado a petição do Reverendíssimo Isidoro Venegas de Cienfuegos, bispo da Nicarágua, datada de 15 de março de 1745, e tendo revisado o estudo anexo, o orçamento e as cartas de apoio, o Conselho das Índias decreta o seguinte:

Primeiro. Aprova-se a construção de uma nova igreja catedral da Assunção da Bem-aventurada Virgem Maria na cidade de León, Nicarágua. O Conselho considera crível a descrição que o peticionário faz da insuficiência da igreja atual, e bem fundamentada a causa de uma nova construção.

Segundo. O projeto apresentado com esta aprovação, preparado pelo

arquiteto Diego de Porres, de Guatemala, sob a direção do bispo peticionário, fica aceito como base da construção. O projeto será revisado por um arquiteto qualificado nomeado para supervisionar as obras, e serão permitidas as modificações estritamente exigidas pelas condições locais do sítio, dentro dos limites do orçamento aprovado e com a documentação correspondente apresentada ao Conselho.

Terceiro. Autoriza-se o financiamento das obras nas quantias especificadas no instrumento financeiro anexo, a ser desembolsado pelo Tesoureiro da Província da Nicarágua segundo o calendário ali estabelecido. Autoriza-se ainda a diocese a realizar coletas entre os fiéis do território para contribuições suplementares.

Quarto. O Conselho dirige o bispo a contratar um arquiteto qualificado, vindo do sistema de oficinas coloniais, para supervisionar a construção e zelar por que o edifício terminado se ajuste ao projeto aprovado em todos os seus aspectos essenciais.

Quinto. A catedral terminada será objeto de inspeção por um representante do Conselho antes de sua consagração formal.

O Conselho faz constar, para que fique registrado, que o tom da petição quanto à suficiência do investimento da Coroa nesta diocese, embora mais incisivo do que é costumeiro em correspondência desta natureza, reflete um agravo legítimo que o Conselho leva a sério. A aprovação desta petição deve entender-se como reconhecimento do longo serviço prestado pela diocese à Coroa e das expectativas razoáveis de uma população católica em território sob a governança de Sua Majestade.

Expedido sob o selo do Conselho das Índias. Madri, Espanha 3 de agosto de 1747

[C.V.: O quarto artigo deste decreto dirigia o bispo a contratar um arquiteto do sistema de oficinas coloniais. O bispo contratou Ignacio Moya. O segundo artigo autorizava modificações «estritamente exigidas pelas condições locais do sítio». Ignacio Moya modificou o projeto extensamente. Ambos os resultados são tecnicamente compatíveis com a letra do decreto.]

Comissão de Porres

Comissão arquitetônica · 1747

Documento 12 de 28. Segunda Parte: A confissão do arquiteto.

Nota de Consuelo Vargas Montiel:

> *[C.V.: Diego de Porres recebeu o encargo de preparar os planos iniciais da catedral em 1744, três anos antes de o Conselho das Índias aprovar formalmente o projeto — um arranjo habitual, pois as petições exigiam planos arquitetônicos que as acompanhassem. Porres era um arquiteto competente, sediado na cidade da Guatemala. Preparou os planos sem nunca vir a León nem ver o sítio. Os planos foram preparados para serem apresentados ao Conselho; o que sucedeu depois com eles em campo escapava ao seu conhecimento e ao seu controle. Sua carta de comissão se inclui aqui porque é o autor dos planos que foram aprovados, e porque não recebeu praticamente nenhum crédito no registro histórico. Merece ser nomeado.]*
>
> *Anoto, ademais, uma questão de método. O historiador que se ocupa de um edifício que demorou quase setenta anos a se erguer aprende cedo que a autoria é múltipla, contraditória e frequentemente anônima. Porres desenhou. Moya construiu outra coisa. Espinoza supervisionou. Hernández aparelhou. Tomasín — de quem a edição há de falar — lavrou. E meia dúzia de bispos administrou o dinheiro, os homens e a espera. Uma catedral não a assina ninguém. Mas, neste país e nesta época, não ter sido assinada confunde-se com frequência com não ter sido feita por ninguém, o que é a falsidade mais cômoda com que se pode escrever uma história. Esta edição tenta outra coisa. Começa por nomear Porres.]*

Excelentíssimo Senhor,

Por autoridade do Reverendíssimo Bispo da Nicarágua, dom Isidoro Venegas de Cienfuegos, e na previsão da aprovação da petição que atualmente se acha ante o Conselho das Índias, escrevo para contratar seus serviços como arquiteto preparador da proposta Catedral da Assunção da Bem-aventurada Virgem Maria em León, Nicarágua.

Solicita-se que prepare um conjunto completo de planos arquitetônicos para uma catedral das seguintes características: uma nave de não menos de sessenta varas de comprimento; duas torres gêmeas de não menos de vinte e cinco varas de altura; uma fachada de caráter barroco apropriada à dignidade de uma sé episcopal de segundo posto; e capacidade para uma congregação de não menos de oitocentas pessoas em plena ocupação. Os planos deverão refletir as normas de projeto predominantes na tradição eclesiástica colonial e ser de qualidade suficiente para acompanhar uma petição ante o Conselho das Índias.

Adverte-se que o sítio se acha na cidade de León, Nicarágua, e que as condições sísmicas e climáticas locais deverão ser levadas em conta nos planos na medida em que a distância ao sítio o permita. Entendemos que não poderá realizar um reconhecimento pessoal do lugar; as notas de reconhecimento anexas, preparadas pelo agrimensor diocesano, deveriam fornecer informação suficiente para seus propósitos.

Os honorários por esta comissão são os acordados por arranjo privado com o tesoureiro diocesano.

Os planos são requeridos para janeiro de 1745, a fim de acompanhar a petição.

Agradecemos seu serviço a esta diocese e à maior glória de Deus.

Em nome do Reverendíssimo Bispo: Padre Esteban Ruiz Secretário do Bispo da Nicarágua León, Nicarágua 12 de outubro de 1744

[C.V.: Diego de Porres entregou os planos em dezembro de 1744, três semanas antes do prazo. Foram apresentados com a petição ante o Conselho das Índias em março de 1745. O Conselho os aprovou em agosto de 1747. Para então, Ignacio Moya já havia sido despachado a León e havia começado a examinar o sítio.]

Porres permaneceu na cidade da Guatemala durante todo o período de construção, recebendo relatórios do que se fazia com seus planos. Sua resposta a esses relatórios aparece como Documento 15 desta edição.

Os planos que preparou especificavam uma nave de sessenta e duas varas. Ignacio Moya construiu setenta e uma.]

Nota de seção de Consuelo Vargas Montiel:

> *[C.V.: Ignacio Moya chegou a León em março de 1748, um ano depois de o Conselho das Índias aprovar o projeto da catedral, e permaneceu até a primavera de 1752, momento em que a construção da nave estava avançada o bastante para que um capataz local pudesse dirigir o restante do trabalho. Partiu para a Espanha em maio de 1752. Estabeleceu-se em Sevilha, onde trabalhou como arquiteto independente para clientes privados até sua morte em 1779. Nunca retornou às Américas.]*
>
> *Este documento foi encontrado na caixa de cedro junto com os demais. Tem vinte e duas páginas. Tinha cinquenta e oito anos quando o*

escreveu. Sua letra é distinta de qualquer outro documento desta coleção — arquitetônica, precisa, a mão de um homem que passou a vida desenhando coisas em escala, em que cada traço tem o comprimento correto ou está errado. Não risca nem escreve nas margens. Escreveu-o de uma só vez, o que creio significa que o planejou por muito tempo antes de começar.

Direi ao leitor uma coisa antes que comece o relato. Tudo o que Ignacio descreve nas Seções I a VIII pude verificar contra outros documentos desta coleção e contra os registros do Arquivo Diocesano. É exato quanto aos fatos. Onde não está certo, di-lo. Onde não sabe algo, também o diz. Nunca editei um documento de alguém tão comprometido com o relato honesto da sua própria desonestidade.

Na Seção IX descreve o transepto sul. Não comentarei a Seção IX até que o leitor a tenha lido. Então, em minha nota de rodapé ao final da seção, contarei ao leitor o que encontrei dentro do muro do transepto sul. Quando lerem a nota, já o saberão.]

O relato de Ignacio

Relato pessoal · 1771

Relato de Ignacio Moya, arquiteto

Escrito em Sevilha, Espanha, no mês de outubro, no Ano do Senhor de 1771

I.

Tenho cinquenta e oito anos e escrevo isto em meu gabinete em Sevilha, onde a luz de outubro entra baixa pela janela do sul e torna tudo de cor âmbar a partir da hora terceira, coisa que sempre me pareceu útil.

A razão pela qual escrevo isto é uma carta que recebi na primavera passada de um colega na cidade do México chamado Fonseca, que havia visitado León há pouco em assuntos diocesanos e havia assistido à missa na catedral. Descreveu-a como magnífica. Descreveu a nave como uma das mais finas que havia visto nas Américas, as proporções excepcionais, a luz pela fachada do oeste extraordinária. Mencionou que em León ninguém parecia saber grande coisa sobre sua história arquitetônica — quem a havia projetado em sua origem, como se haviam desenvolvido os planos, que decisões se haviam tomado pelo caminho. Perguntou-me, já que eu havia trabalhado ali, se podia esclarecer-lho.

Não lhe respondi.

Há seis meses penso nessa carta. Decidi que a resposta devida não é outra carta a Fonseca senão este relato, dirigido a ninguém em particular, selado e guardado entre meus papéis, para ser encontrado ou não encontrado segundo o caso o determine. Estou ciente de que «dirigido a ninguém em particular» é uma

ficção de conveniência — um homem que escreve vinte e duas páginas tem um leitor em mente, e disso não estou eu isento. Meu leitor é quem encontre isto, quando o encontre, no mundo que seja. Se a catedral seguir de pé quando o ler: bem. Se não: lamento. Fiz as melhores matemáticas que sabia.

Vou explicar o que fiz. Vou explicar, até onde posso desde uma distância de vinte anos, por que o fiz. Não estou seguro de que o porquê seja tão claro como o quê, mas sou suficientemente velho para saber que o quê sem o porquê é apenas um relatório policial, e a mim não me interessa escrever um relatório policial.

Considerei escrever, em seu lugar, uma confissão. A forma me teria sido familiar. Conheço-a desde criança. Redigi três páginas e lancei as páginas ao fogo. A forma exige que se saiba com precisão de que se arrepende, e eu não o sei — sei o que fiz, mas não estou certo de que seja a coisa para a qual a forma foi concebida.

II.

Antes de León esteve a Guatemala, e antes da Guatemala esteve Cádiz, e antes de Cádiz houve uma infância que aqui não é relevante salvo num único ponto: formou-me meu pai, a quem formou o seu, e o que meu pai entendia de arquitetura — o que me transmitiu em doze anos de aprendizagem antes de eu ter outra alternativa — foi isto: um edifício é um argumento sobre o que o espaço deve fazer a um corpo. Não um argumento sobre como deve ver-se. Não um argumento sobre o que deve simbolizar, comemorar ou celebrar. Um argumento sobre o que um corpo, de pé em seu interior, deve experimentar. A decoração é secundária. As proporções são o essencial.

Soa simples. É a ideia mais complicada que sustentei na mente, e sustentei-a

quarenta anos antes de começar a entender o que queria dizer.

Cheguei à cidade da Guatemala em 1741, aos vinte e oito anos, sob um contrato com a oficina diocesana que havia firmado em Cádiz com a confiança de um homem que ainda não viu o que um contrato pode significar quando a outra parte tem mais paciência do que tu. O contrato era por três anos. Três anos de serviço à oficina diocesana em troca de minha passagem para as Américas, um salário modesto e a experiência que os arquitetos jovens — o contrato dizia-o assim, sem dissimulação, na língua notarial que agora leio com o olho treinado de um homem que esteve do lado errado dela — requerem para seu desenvolvimento profissional.

Ao cabo dos três anos, solicitei minha liberação. O bispo da oficina — um homem chamado Orozco, gordo e deliberado, que cheirava a aguarrás e a algo doce que nunca consegui identificar — explicou-me que os projetos em curso da oficina exigiam minha continuada participação e que a liberação se concederia quando os projetos o permitissem. Disse-lhe que entendia. Solicitei de novo no ano seguinte. Recebi a mesma explicação. Os projetos não permitiram nunca. Estive ali seis anos.

Quero ser preciso sobre o que foi estar seis anos na oficina, porque é relevante para as decisões que tomei depois.

A oficina ocupava um edifício longo no lado norte do recinto catedralício, com telhado de telha e bancos altos de madeira e luz natural que entrava por umas claraboias ao longo do muro sul, o que significava que a luz à tarde era boa e à manhã não. O cheiro era de aparas de cedro, óleo de linhaça e esse cheiro metálico particular de uma sala grande cheia de gente trabalhando em silêncio concentrado. Passei seis anos num banco da terceira fila a partir da janela, desenhando planos para projetos que não havia escolhido, para clientes que não conhecia, sob a direção de um arquiteto-chefe tecnicamente menos

capaz do que eu e ciente disso à maneira particular e ressentida dos homens que estão no comando de gente melhor do que eles.

Não fui maltratado. A comida era suficiente. O salário era o convencionado. Não me foi dada oportunidade alguma de partir.

Eu desenhava planos. Era bom nisso. Desenhava os planos corretamente e fazia sugestões que muitas vezes se adotavam sem atribuição e aplicava o argumento de meu pai sobre o espaço e os corpos a cada projeto que tocava, até aos menores, até às sacristias e às ampliações da residência paroquial e aos depósitos, porque era o único que sabia fazer e porque parar teria sido pior do que ficar.

Na primavera de 1747 chegou o aviso de León.

III.

O aviso veio pelos canais oficiais. Uma carta de comissão da diocese da Nicarágua, dirigida ao bispo da oficina, solicitando o empréstimo de um arquiteto qualificado por um período não inferior a três anos para supervisionar a construção da Catedral de León, para a qual o Conselho das Índias havia aprovado os planos e para a qual se havia reunido parcialmente uma equipe local mas faltava direção arquitetônica com experiência. A comissão oferecia honorários, uma residência na cidade e — esta é a parte que recordo com mais precisão, porque li a carta por cima do ombro do bispo e tive que manter composto o rosto enquanto a lia — ao termo satisfatório do projeto, a liberação do arquiteto designado de toda obrigação contratual restante com a oficina diocesana.

O bispo Orozco chamou-me a seu escritório na manhã seguinte. Ofereceu-me a comissão no tom de quem me faz um favor, o que do ponto de vista dele

era exato: liberava um arquiteto cujo contrato ainda tinha tempo por correr e a quem pessoalmente achava irritante. Disse-lhe que seria uma honra aceitar. Saí de seu escritório e voltei a meu banco e sentei-me longo tempo olhando as aparas de cedro no chão.

Quero que o leitor entenda em que condição cheguei a León. Tinha trinta e quatro anos. Não havia construído nada de importância em seis anos. Havia passado esses anos aprendendo, à maneira particular em que se aprende fazendo trabalho abaixo da própria capacidade, exatamente do que era capaz se me dessem a oportunidade. Também havia passado esses anos aprendendo o que significava não ter escolha, que é uma educação distinta e mais cara. Quando chegou o aviso, eu não era o mesmo homem que havia firmado o contrato em Cádiz. Era alguém que entendia, o que custava a liberdade e o que pagaria por ela.

Cheguei a León em março de 1748, após uma viagem de cinco semanas que não descreverei em detalhe salvo para dizer que a estação das chuvas havia começado já e os caminhos desde a costa eram os que se esperam num país que leva povoado duzentos anos sem que ninguém haja resolvido o problema do barro. A cidade era menor do que eu esperava. O sítio da catedral, maior. Estive em sua borda no primeiro dia e senti algo que não havia sentido em seis anos, que era a sensação física precisa de entender um espaço antes de haver construído nada nele. O sítio me disse o que o edifício queria ser. A isto meu pai teria chamado escutar o chão, o que soa místico e não o é: é uma observação técnica sobre a elevação, a drenagem, os ventos dominantes, o ângulo da luz a distintas horas, a proximidade de outras construções. Mas sente-se como escutar.

Fui ver o bispo.

IV.

Isidoro Venegas de Cienfuegos tinha sessenta e dois anos quando o conheci, um homem alto com a espécie de saúde que parece esforço mais do que constituição — magro mas deliberado a respeito, cuidadoso com a comida e o sono à maneira de alguém que esteve doente e não pretende voltar a estar. Recebeu-me em seu escritório no fim da tarde, quando a luz entrava pela janela atrás de seu escritório e dificultava ver-lhe o rosto com clareza, o que eu decidi depois que não foi acidente.

Foi cortês. Perguntou pela viagem. Perguntou pela Guatemala e como eu havia achado o trabalho ali. Falava bem e escutava com atenção, que são duas habilidades distintas e a maioria dos homens tem só uma.

Após uns vinte minutos assim, perguntou-me se eu havia revisado já os planos aprovados da catedral.

Disse-lhe que me havia sido entregue uma cópia à minha chegada e que os havia revisado naquela manhã.

Disse: e qual era meu parecer.

Considerei a resposta um momento. Depois disse: os planos foram preparados por um arquiteto muito capaz, e foram preparados para um sítio específico, e eu precisaria revisá-los em detalhe contra as condições daqui antes de poder oferecer uma avaliação completa.

Olhou-me um longo momento. Disse: essa é uma resposta diplomática.

Disse: sou arquiteto. A diplomacia não é minha formação.

Disse: dê-me então a honesta.

De modo que disse: os planos foram projetados para Lima. Levam em conta o solo de Lima, a geografia de Lima, as condições sísmicas de Lima. As condições sísmicas de León não são as de Lima. Os planos tal como aprovados precisariam de uma adaptação significativa para este sítio. Mais significativa do

que uma adaptação padrão de sítio. As adaptações mudariam substancialmente o edifício.

Assentiu devagar, como se eu houvesse confirmado algo.

Disse: quão substancialmente.

Disse: o suficiente para que os dois edifícios — o de León adaptado destes planos, e o que seja que Lima venha a construir com sua própria versão — não se assemelhem entre si em nenhum sentido significativo.

Voltou a assentir.

Levantou-se do escritório e foi a um armário num canto da sala — um armário simples, de cedro, sem nada notável salvo o cuidado com que o abriu — e tirou um documento de seu interior. Trouxe-o ao escritório e pô-lo diante de mim. Não o abriu. Deixou-o entre nós dois como um homem deixa algo que sabe que tu não podes ignorar, isto é com cuidado, com as duas mãos, no centro da mesa.

Disse: quero mostrar-lhe algo.

V.

O documento era um acordo fundacional. Duas assinaturas ao pé: Pizarro e Almagro. Um terceiro nome no corpo do texto: Dávila. A data era 1524.

O pergaminho era velho mas estava em bom estado — quem quer que houvesse conservado isto durante quarenta e sete anos havia-o mantido plano e seco. A letra era notarial, cada signo formado com a separação deliberada de um homem que entende que os documentos devem ser legíveis no século seguinte. As assinaturas ao pé eram distintas: angulosas, rápidas, escritas por homens que assinam muitas coisas com pressa. Olhei o documento como olho um plano —

começando pelas margens, movendo-me para dentro, lendo dimensão antes que sentido. Havia uma frase no terceiro parágrafo: *catedral de primeira ordem, das proporções e dignidade que correspondem à precedência aqui estabelecida.* Não podia ler o que «a precedência aqui estabelecida» significava como questão legal. Sim podia ler *proporções e dignidade* como as lê um arquiteto. Não eram termos decorativos. Eram especificações. Comecei a calcular, em traços largos, o que exigiam em varas de nave e em altura de torre, e quando o bispo começou a explicar-me o documento eu já havia entendido o que ia pedir-me.

Sou arquiteto, não advogado. Podia ler do documento o suficiente para entender o que era e o que significava, isto é podia entender que constituía uma pretensão — uma dívida fundacional não paga da empresa do Peru — e que a pretensão era sustentada pela diocese da Nicarágua, que a havia recebido de alguém, e que a pretensão não era reconhecida pela Coroa no presente mas tampouco havia sido extinta formalmente.

O bispo explicou-ma mais por extenso. Levava dezessete anos com este documento. Havia-lhe chegado por seu antecessor, que o havia recebido do notário do século anterior, que havia feito cópia de uma carta — aqui se deteve e disse: há uma carta, que não posso mostrar-lhe, que já não existe em sua forma original, mas pela qual tenho razões para crer que pode tomá-la por crida — uma carta escrita por um governador que sabia o que fazia e por quê.

Disse: o documento estabelece uma pretensão anterior. A pretensão é por uma catedral de primeira ordem nesta cidade.

Disse: e propõe-se usá-lo como.

Disse: proponho-me usá-lo exatamente como ele se propôs que se usasse. Para assegurar que quando os planos para esta catedral se adaptem a este sítio, se adaptem numa direção que não possa reverter-se. Que o que León construir seja, por toda medição objetiva, a estrutura mais grandiosa.

Disse: e a catedral de Lima.

Disse: a catedral de Lima se construirá a partir de uma versão destes planos que ninguém em Lima pensará em questionar, porque por que o haveria. Os planos aprovados estavam aprovados. Ninguém em Lima sabe que há uma leitura alternativa.

Disse: e em troca de minha cooperação com esta adaptação.

Disse: já falei com o bispo Orozco. Suas obrigações contratuais com a oficina estão dissolvidas. Sairá de León homem livre quando o projeto houver alcançado um estado suficiente.

Disse-o sem ênfase, como se fosse a parte menor do arranjo. Entendi, pela maneira como o disse, que sabia que não era a parte menor.

Olhei o documento sobre a mesa longo tempo. Pensei no argumento de meu pai — sobre o espaço e os corpos, sobre o que um edifício deve fazer à pessoa de pé em seu interior. Pensei em seis anos num banco na Guatemala. Pensei no sítio em cuja borda havia estado naquela manhã, e no que me havia dito que queria ser.

Não deliberei longamente. Quereria dizer que deliberei longamente. Não o fiz. Decidi cedo, e a razão pela qual decidi cedo é a coisa com que venho sentado há vinte anos.

Decidi porque queria partir. Não porque León merecesse uma catedral melhor do que Lima, embora creia que a mereça. Não porque a comissão fosse uma oportunidade criativa, embora o fosse. Porque queria ser livre, e isto era o que custava a liberdade, e paguei-o sem negociação prolongada.

Disse: precisarei estudar o sítio com mais cuidado antes de poder dizer-lhe exatamente que adaptações se requererão.

Disse: claro.

Disse: e as adaptações serão tecnicamente defensáveis. Hão de sê-lo. Não porei meu nome a algo que não seja estruturalmente firme.

Disse: não o quereria eu. Quero uma catedral que se sustente, Moya. Quero uma catedral que se sustente trezentos anos. Quero que o argumento que sustenta seja permanente.

Recolheu o documento e devolveu-o ao armário com o mesmo cuidado das duas mãos. Disse: o documento fica comigo. Você não o necessita. Já fez o que tinha que fazer.

Saí de seu escritório e voltei caminhando ao sítio no fim da tarde, e estive em sua borda e escutei o que o chão me dizia, e comecei a planejar. *[C.V.: Aqui, no manuscrito, a tinta muda — Ignacio fez uma pausa, talvez de um dia, talvez mais longa. A nova tinta é mais escura; a mão mais firme. Pensou no que vem a seguir. Disse-nos na Seção II que não risca. Há uma única palavra riscada no começo desta sexta seção que deixei sem ler, porque a linha que não preciso ler é a linha que não posso.]*

VI.

O que de fato fiz com os planos descreverei com a maior exatidão possível, para o registro se não para o entretenimento de nenhum leitor. É técnico. Tentarei torná-lo legível.

Os planos aprovados especificavam uma nave de sessenta e duas varas de comprimento. Estendi-a a setenta e uma. Não é uma mudança cosmética. Nove varas a mais de nave são um ambiente acústico distinto, uma experiência distinta de escala desde a entrada, uma relação distinta entre o corpo do fiel e o altar. A pessoa que entra numa nave de sessenta e duas varas e a pessoa que entra numa nave de setenta e uma varas não estão vivendo a mesma experiência. Não estão

no mesmo edifício. A justificativa estrutural: o sítio o permitia, a capacidade portante do solo era adequada, e uma nave mais comprida proporciona melhor estabilidade frente à carga sísmica lateral. Tudo isto é certo. Não inventei a justificativa. Observei-a e depois escolhi sobre quais observações verdadeiras agir.

As torres. Os planos aprovados pediam torres de vinte e oito varas, o que é apropriado para o perfil de Lima. Eu especifiquei trinta e seis. A justificativa: a posição exposta do sítio e os padrões de vento dominantes requeriam massa adicional para a estabilidade. Isto também é certo. Além disso: as torres de trinta e seis varas são visíveis desde o lago e desde o caminho da costa a uma distância à qual as de vinte e oito não o são. Uma catedral visível desde uma distância maior sustenta um argumento distinto do que sustenta uma que não o é. Sustentei o argumento que quis sustentar.

A fachada. Esta foi a mudança mais significativa e aquela com a qual estou mais satisfeito. Os planos de Lima pediam uma fachada barroca de projeção moderada — correta para o sítio de Lima, onde a aproximação é por uma rua estreita e a projeção se lê como amplitude. A aproximação a León é desde uma praça larga. Redesenhei a fachada num registro mais baixo e mais largo, com uma ênfase horizontal que distribui o peso visual ao longo de toda a frente em vez de concentrá-lo nas torres. O resultado é um edifício que parece, desde a praça, brotar do chão em vez de elevar-se sobre ele. A isto se referia meu pai com o do espaço e os corpos: o corpo da praça e o corpo da catedral estão em conversação. A fachada de Lima teria gritado. A fachada de León fala. Eu prefiro falar a gritar, como princípio geral.

Documentei todas estas mudanças nos registros de adaptação. Estão no arquivo de León. Qualquer um que os olhe pode ver o que mudei e como o justifiquei. As justificativas são válidas. As justificativas tampouco são a história

completa.

A história completa é que eu sabia exatamente o que fazia, e o faria de novo, e a única parte da qual não estou seguro é a última.

VII.

A última parte é Tomasín.

Seu nome nos registros de obra é Tomás — Tomasín é como o chamavam os capatazes, porque não era grande e é o humor particular das obras chamar os homens pequenos por diminutivos e os grandes pelos mesmos. Apareceu na oficina no outono de 1748, enviado de uma comunidade da costa juntamente com outros três homens sob um arranjo de trabalho que eu não controlava e não examinei com tanto detimento como devera. Sei o que os arranjos de trabalho nesta província significavam em 1748 e o sabia então e escolhi não examiná-lo porque examiná-lo me teria obrigado a opor-me a ele e opor-me a ele teria complicado o projeto, e complicar o projeto teria complicado minha partida.

Estou escrevendo isto em Sevilha em 1771 e tenho cinquenta e oito anos e quereria dizer que agora escolheria distinto. Não estou seguro de que escolhesse.

O que sim posso dizer é isto: reconheci, nas duas semanas seguintes à sua chegada ao sítio, que Tomasín era o pedreiro mais hábil com quem havia trabalhado em minha carreira. Trabalhei com pedreiros hábeis em Cádiz, na Guatemala e em León. Sei que cara tem a habilidade. Não é a velocidade, embora fosse veloz. Não é a exatidão, embora fosse exato. É o que meu pai chamava entender o peso, o que significa que um pedreiro que entende o peso sabe não só o que o plano especifica senão por quê, e portanto pode adaptar-se — dentro da lógica da estrutura — quando o plano e o sítio não correspondem perfeitamente.

Nunca correspondem perfeitamente. Um plano é uma teoria. Um sítio é o mundo. Em algum ponto entre a teoria e o mundo sucede um edifício, e a pessoa que negocia essa lacuna não é o arquiteto. É o pedreiro.

Tomasín a negociou. Lia meus planos — sabia ler desenhos arquitetônicos, coisa que eu não esperava e pela qual não lhe perguntei — e construía o que especificavam, e quando o sítio exigia desvio, desviava dentro da lógica da estrutura em vez de contra ela. Disse-lhe uma vez, de passagem, que a transferência de carga do transepto sul ao muro sul se complicaria pela condição do solo naquele quadrante. Disse-lho porque pensava em voz alta; não lhe estava dando uma instrução. Vi-o pensá-lo um momento. Olhou o plano, e depois olhou o chão, e depois olhou o plano outra vez, e depois voltou ao trabalho. O que depois construiu no transepto sul não é o que o plano especificava. É melhor do que o que o plano especificava. A transferência de carga é mais elegante. O muro é mais grosso na base do que eu requeria e mais delgado no alto, uma distribuição tecnicamente superior à minha própria especificação e à que eu teria chegado, com o tempo, se houvesse sido eu a sustentar a colher de pedreiro.

Não o creditei nos registros de adaptação. Deveria havê-lo feito. Estou usando outra vez a palavra deveria e estou ciente de que a uso para não dizer a coisa pior, que é: não o creditei porque creditá-lo me teria obrigado a dar conta do que era — um homem que trabalhava sob um arranjo de trabalho que eu preferia não examinar — e não estava disposto a fazer essa conta.

Há uma palavra para isto no catecismo. Conheço a palavra. Olhei-a na página. Está mais perto do que fiz do que me agradaria. Não é, decidi, exatamente a palavra. O catecismo fala do homem que se nega a ver seu próximo. Não fala do homem que vê seu próximo e escolhe não escrevê-lo no registro por motivos profissionais. Talvez seja o mesmo pecado. Não sou eu quem deve decidi-lo.

Há uma coisa mais que tenho que dizer sobre Tomasín, à qual venho aproximando-me há seis páginas sem acabar de chegar.

No inverno de 1751, durante o trabalho final do transepto sul, observei-o fazer algo que em seu momento não entendi e em que venho pensando desde então. Trabalhava no muro — o paramento exterior do muro sul, que estava quase terminado — e não seguia o plano com exatidão. Estava acrescentando, numa seção entre o segundo e o terceiro pilar sobre o plinto, uma pequena variação na fiada de pedras que não era estruturalmente necessária nem decorativa em nenhum sentido convencional.

Quando lhe perguntei por isso, olhou-me sem expressão um momento e depois disse, em seu castelhano que era sempre ligeiramente formal, como se o houvesse aprendido de um documento mais que da gente: «O muro precisa disso aqui.»

Olhei a seção. Pude ver que a variação criava uma muito ligeira folga térmica — um bolso de espaço na massa do muro — que melhoraria o comportamento do muro na estação das chuvas ao permitir um movimento menor de umidade sem rachar. Era boa prática de alvenaria. Também era, vim a pensar, não a única coisa que estava fazendo.

Não lhe perguntei nada mais. Anotei-o em meus registros como uma adaptação de sítio e segui adiante.

Venho pensando há vinte anos nessa seção de muro. Venho perguntando-me o que pôs nela.

VIII.

Saí de León em maio de 1752. A nave estava fechada, as torres iam a meia altura final, a cantaria da fachada estava começada. Um supervisor local

chamado Fuentes havia sido instruído o suficiente para o trabalho restante, que tomaria outros trinta anos — mais, segundo resultou; a catedral não se concluiu até 1814, isto é sobreviveu a todos os envolvidos em seu planejamento e à maioria dos envolvidos em sua construção.

Antes de partir, fui ver o bispo. Estava doente para então — algo que vinha combatendo desde a estação das chuvas, disse-me, embora me desse a impressão de ser da espécie de homem cujo corpo resistiria qualquer doença razoável até parar. Estava em seu escritório, na poltrona, com a janela fechada contra o ar da estação das chuvas. Parecia reduzido. Um homem alto que esteve doente o suficiente perde o hábito de sua altura.

Disse-lhe que o projeto estava em estado suficiente para minha partida. Disse que o sabia. Disse: os papéis estão preparados. É livre. Disse-o sem ênfase.

Disse: os registros de adaptação estão completos. Tudo o que mudei está documentado, com justificativas.

Disse: sei. Li-os.

Disse: as justificativas são válidas.

Disse: isso também sei.

Houve uma pausa.

Disse: e o documento do armário.

Disse: ficará onde está. Passará a meu sucessor com as instruções. Algum dia alguém perguntará por que a catedral de León é o que é, e o documento será a resposta. Ou ninguém perguntará, e a catedral será simplesmente o que é, o que também está bem.

Disse: e Tomasín.

Olhou-me. Disse: que há dele.

Disse: seu arranjo de trabalho.

Disse: cumpriu-se. Recebeu o que se convencionou.

Disse: e depois.

Disse: o depois não é assunto meu. O depois é assunto da diocese. Moya — usou meu sobrenome, coisa que raras vezes fazia — você fez o que veio a fazer. Deveria ir.

Fui-me.

IX.

Levo dezenove anos em Sevilha. Construí catorze residências particulares, três edifícios comerciais, uma igreja pequena e uma capela, todos competentes e nenhum importante. Não me queixo. Uma vez escolhi a competência e o conforto sobre a importância e obtive o que escolhi, o que é mais do que a maioria dos homens pode dizer.

A catedral de León, como Fonseca a descreve, é magnífica. Isto não me surpreende. O que eu fiz, fi-lo bem, e o que Tomasín fez, ele o fez melhor.

A pergunta que não posso responder — a pergunta com a qual venho sentado há vinte anos, que a carta de Fonseca trouxe de volta com a força de uma coisa física — é esta: sabia Tomasín o que havíamos feito? Sabia que os planos estavam errados para a cidade, em sua origem? Sabia dos planos de Lima, do documento de Pizarro, do arranjo com o bispo? Trabalhou no transepto sul sabendo que o edifício em cujo interior estava era ele próprio um ato de subterfúgio?

Não o sei. Eu nunca lho disse. O bispo nunca lho disse. O arranjo de trabalho não lhe dava motivo para que se lho dissesse.

Mas não era homem que parecesse não saber as coisas. Lia desenhos arquitetônicos. Pensava na transferência de carga sem que ninguém lho pedisse. Construiu essa seção de muro entre o segundo e o terceiro pilar e disse-me, quando lhe perguntei, apenas que o muro precisava disso ali.

O muro precisava disso ali.

Venho dizendo-me há vinte anos que o que fiz foi uma decisão arquitetônica ao serviço de uma cidade que merecia uma catedral melhor do que a que lhe estava oficialmente designada, e isto é certo. Também me disse que o que mais queria era partir, e que a catedral foi o preço que paguei por partir, e isto também é certo. O que não entendo — o que nunca entendi, e por que escrevo isto, para sentar-me com isso mais que para resolvê-lo — é se Tomasín fazia o mesmo cálculo. Se ele também entendia duas coisas. Se o muro entre o segundo e o terceiro pilar era a um só tempo o que eu cria que era e outra coisa.

Se pôs algo naquele muro, quero que quem encontre isto saiba que não me surpreende. Não me surpreende e me alegro. O que seja que tenha posto, pertence ali mais que nenhuma outra coisa daquele edifício. O edifício é magnífico, e Fonseca tem razão, e a luz pela fachada do oeste deve ser extraordinária, e daria muito por estar dentro dele uma vez antes de morrer.

Não vou voltar. Tomei essa decisão quando me fui e não a desfiz, e aos cinquenta e oito anos sinto-me pouco inclinado a desfazer decisões que se sustentaram durante dezenove.

Mas penso no transepto sul. Penso no muro que precisava disso ali. E penso: bem. O que seja que tenha posto nele, bem.

Estou ciente de que não é assim como se espera que um homem de minha geração termine um relato desta classe. Espera-se de mim que peça orações. Considerei-o. Acho que não posso pedi-las honestamente, o que tomo como sinal de que não deveria pedi-las de modo algum. Os pedreiros de meu ofício

costumavam inscrever sua obra *Soli Deo Gloria* — para a glória de Deus somente. Eu não a inscrevi. Não creio que Tomasín a inscrevesse tampouco. O que está naquele muro é outra coisa. Não tenho a palavra para isso.

[C.V.: Examinei as superfícies da catedral no transepto sul e os registros circundantes, incluindo a área exposta pela anomalia térmica de 1974, e não encontrei nenhuma inscrição de Soli Deo Gloria *nem fórmula equivalente. O testemunho de Ignacio fica verificado por ausência.]*

Ignacio Moya, arquiteto Sevilha, Espanha Outubro de 1771

[C.V.: Em março de 1974, durante um estudo estrutural do transepto sul da Catedral de León, identifiquei uma anomalia térmica no muro entre o segundo e o terceiro pilar sobre o plinto. Sondei-a. Encontrei uma caixa de cedro envolta em encerado. Dentro da caixa de cedro havia seis documentos, dos quais este relato era um.]

Alguém pôs este relato no muro — Tomasín, ou quem o sucedeu em manter a fé com aquilo que Tomasín começou. A cronologia não permite que o próprio Tomasín tenha colocado o relato de Ignacio de 1771 dentro de um muro que ele havia selado em 1755 e do qual se afastara; o que a cronologia permite é que o muro tenha sido aberto e selado de novo pelo menos uma vez, por mãos que não posso nomear, a serviço de um depósito que Tomasín começou.

Os demais documentos são seus — o contralivro de Rodrigo, a cópia da carta, o inventário, o documento de Pizarro. Não sei como os obteve. Não sei desde quando sabia que existiam. Sei que construiu o muro do transepto sul nos

anos de 1753 a 1755, que selou a caixa em seu interior, e que o que Ignacio Moya observou e chamou de «adaptação de sítio» foi, de fato, um arquivo.

Ignacio Moya passou vinte anos perguntando-se o que pôs Tomasín no muro.

Pôs a verdade nele. Pô-la onde alguém acabaria por encontrá-la — e teve razão em ambas as coisas, na paciência e nas ferramentas.

Eu a encontrei.]

O informe de Aznar

Nota de arquivo · 1751

Documento 14 de 28. Segunda Parte: A confissão do arquiteto.

Nota de Consuelo Vargas Montiel:

> *[C.V.: Bartolomé Aznar arquivou os registros de adaptação apresentados por Ignacio Moya em 1750 e 1751, que documentam as modificações aos planos aprovados da catedral. Sua nota de arquivo tem quatro frases. Incluo-a inteira porque quatro frases é a quantidade justa.]*

NOTA DE ARQUIVO — CONSELHO DAS ÍNDIAS *Divisão de Registros Administrativos, ref. NIC-1747-CAT*

Recebidos da diocese da Nicarágua, por via da Administração Provincial, os registros de adaptação correspondentes ao projeto da Catedral de León, datados de outubro de 1750 e março de 1751, apresentados conforme o Artigo Segundo do decreto de aprovação do Conselho de agosto de 1747.

Os registros de adaptação foram revistos quanto à sua conformidade com os termos do decreto. As modificações ali documentadas — extensão do comprimento da nave, aumento da altura das torres e redesenho da elevação da fachada — vêm acompanhadas de justificativas técnicas que invocam as condições locais do sítio, considerações sísmicas e os padrões predominantes de vento. As justificativas são tecnicamente competentes.

As modificações são substanciais. Acham-se dentro da letra do decreto aprovado.

Arquivado em conformidade.

Bartolomé Aznar Escrivão, Registros Administrativos Conselho das Índias Madri, 14 de abril de 1751

[C.V.: «Dentro da letra do decreto aprovado.» Há vinte anos leio documentos administrativos coloniais e esta é a frase mais precisamente colocada que encontrei em nenhum deles. Aznar sabia. Arquivou-a de qualquer modo. Não sei o que Aznar sabia, nem como o sabia, nem se foi pago para arquivá-la, nem se simplesmente leu os registros de adaptação com cuidado e fez um juízo administrativo de que as modificações eram defensáveis e de que sua função era determinar se o eram e não determinar se eram justas. Considerei esta questão a fundo. Encontro que não posso decidi-la.]

A carta de Porres

Carta pessoal · 1748

Documento 15 de 28. Segunda Parte: A confissão do arquiteto.

Nota de Consuelo Vargas Montiel:

> *[C.V.: Diego de Porres soube do que se havia feito com seus planos na primavera de 1752, quando um colega que regressava da Nicarágua lhe descreveu as obras em andamento. Escreveu esta carta ao bispo imediatamente. A carta foi encontrada no Arquivo Diocesano, arquivada num maço rotulado «correspondência recebida, 1752». Não há registro de resposta.]*

Reverendíssima Excelência,

Escrevo da cidade da Guatemala, onde acabo de receber o relatório de um colega que visitou León recentemente e observou as obras da catedral em andamento. Escrevo para expressar minha profunda preocupação profissional pelo que me descreveu.

Preparei os planos desta catedral com considerável cuidado. Estudei as notas de reconhecimento que sua diocese me forneceu. Projetei um edifício apropriado às condições do sítio tal como eu as entendia — sessenta e duas varas de nave, torres de vinte e oito varas, uma fachada de proporção barroca calibrada à aproximação a partir da praça. Não são escolhas arbitrárias. São o produto de trinta anos de experiência arquitetônica aplicados às exigências específicas de uma comissão específica.

O que meu colega descreveu não guarda essencialmente nenhuma

semelhança com o que eu projetei.

Descreve uma nave de setenta e uma varas — nove a mais do que projetei. As torres, segundo seu cálculo, erguem-se a trinta e seis varas, onde eu havia especificado vinte e oito. A fachada é de caráter inteiramente distinto do que eu desenhei — horizontal onde eu pretendia projeção vertical, contida onde eu pretendia declarativa. Essas modificações, diz-me, são obra de um arquiteto chamado Moya, ao que parece despachado para supervisionar a construção e que, ao que parece, interpretou seu papel de supervisor como extensível ao redesenho completo do edifício.

Quero ser claro: não disputo que um arquiteto qualificado em obra possa introduzir as modificações que as condições locais exijam. É prática habitual. O que meu colega descreve não é modificação. É substituição. O edifício que se constrói em León não é minha catedral. É a catedral de Moya, erguida com a autorização e o financiamento que se concederam para a minha.

Peço ao Conselho das Índias, pela intercessão de Vossa Excelência, que explique com que autoridade se fizeram tais mudanças, se os registros de adaptação apresentados ao Conselho representam com exatidão o alcance do que foi alterado, e se se dará alguma consideração à questão do crédito arquitetônico de um projeto tão substancialmente transformado que a contribuição do projetista original já não resulta reconhecível.

Tenho sessenta e quatro anos. Projetei esta catedral como a comissão significativa de minha carreira tardia. Peço apenas que alguém me explique o que lhe sucedeu.

Diego de Porres, arquiteto Cidade da Guatemala, Guatemala 3 de maio de 1752

[C.V.: Não há registro de resposta a esta carta no Arquivo Diocesano, no arquivo do Conselho das Índias nem no Arquivo Histórico Nacional. Diego de Porres morreu na cidade da Guatemala em 1746, seis anos antes de esta carta ter sido escrita. Considerei a possibilidade de que a data esteja errada; a análise caligráfica e as referências contextuais descartam essa explicação. Não tenho uma segunda explicação. Incluo a carta tal como a encontrei. Nunca recebeu resposta. Nunca viu a catedral. Na literatura histórica existente sobre a construção da Catedral de León, seu nome aparece em uma nota de rodapé.]

Diário de obra, 1749

Diário de obra · 1749

Documento 16 de 28. Segunda Parte: A confissão do arquiteto.

Nota de Consuelo Vargas Montiel:

> *[C.V.: Os diários de obra da Catedral de León sobrevivem de forma fragmentária no Arquivo Diocesano. Foram mantidos por uma série de capatazes ao longo do período de construção e são, em sua maior parte, registros de materiais, mão de obra e avanço — a língua corrente da edificação. Selecionei três entradas para esta edição, correspondentes a momentos de particular significação na história construtiva. A primeira está datada de 14 de setembro de 1749.]*

DIÁRIO DE OBRA — CATEDRAL DE LEÓN

Mantido pelo capataz Luis Espinoza sob a direção do arquiteto I. Moya

14 de setembro de 1749

Tempo claro. Dezessete homens em obra. Continuam os trabalhos de fundação na nave, avançando do extremo oriental em direção ao cruzeiro. As condições do solo no quadrante sudeste são mais brandas do que previsto; consultando o arquiteto sobre as especificações ajustadas dos alicerces para essa seção.

Os trabalhos na fundação da fachada oeste estão suspensos à espera da entrega de pedra adicional vinda da pedreira de Posoltega, prevista para esta semana.

À tarde veio à obra um visitante — um homem alto, de olhos prateados, mais velho, bem vestido para um viajante. Disse que passava pela cidade e ouvira que se construía. Caminhou pelas valas de fundação durante aproximadamente uma hora, olhando as condições do solo e os trabalhos de alicerce. Fez ao arquiteto várias perguntas que, pelo que pude ouvir, eram tecnicamente informadas — sobre a profundidade dos alicerces em relação ao leito rochoso, sobre a forma de abordar a seção branda do sudeste. O arquiteto as respondeu. O homem assentiu. Disse que os alicerces deviam aprofundar-se na esquina sudoeste, onde o lençol freático é mais alto na estação das chuvas, e que o procedimento que usávamos não daria conta da carga lateral nessa direção quando o terreno se movesse. O arquiteto revisou as especificações e concordou. Agradeceu-lhe.

O homem partiu sem dizer seu nome. Ia para o norte, disse, em direção ao lago.

Esta semana pedi emprestados três homens à equipe que está terminando a fundação da sacristia, para escorar o ângulo sudeste enquanto se ajustam as especificações. Vieram pela manhã e foram-se ao meio-dia. Entre eles havia um pequeno, calado, que assentou três cantarias em uma hora sem medir, sem retocar, sem deixar folga para a argamassa por defeito. O mestre Hernández, que raramente se detém a olhar um peão alheio, aproximou-se para ver a segunda pedra e ficou até a terceira. Quando perguntei ao capataz da sacristia como se chamava, respondeu com um diminutivo que não entendi bem. Trouxe as próprias ferramentas num pano dobrado, e ao ir-se recolheu-as e as levou. Anoto isto só porque raramente vejo assentar pedra com essa serenidade.

Materiais recebidos: quarenta varas de pedra lavrada, três carros de argamassa de cal. Jornais da semana: dez reais por índio peão, dezoito por mestre, pagos com quatro dias de atraso. Rações: milho, feijão, sal. Um peão caiu esta tarde da segunda fiada. Sepultado na paróquia antes das vésperas. Sem

outras ocorrências.

Espinoza, capataz

[C.V.: Os alicerces da esquina sudoeste foram aprofundados após esta entrada, conforme confirmam os registros de adaptação. O ajuste é atribuído nos registros de adaptação à revisão contínua do sítio pelo arquiteto Moya. O visitante não é mencionado nos registros de adaptação.]

A carta de Ignacio de Sevilha

Carta pessoal · 1771

Documento 17 de 28. Segunda Parte: A confissão do arquiteto.

Nota de Consuelo Vargas Montiel:

> *[C.V.: Ignacio Moya chegou a Sevilha em julho de 1752, dois meses depois de sair de León. Escreveu ao bispo Isidoro Venegas de Cienfuegos em setembro daquele ano. A carta foi encontrada no Arquivo Diocesano dentro de um maço da correspondência pessoal do bispo. É uma carta breve. Incluo-a porque é a última coisa que Ignacio Moya escreveu sobre León antes de seu relato de 1771, e porque a distância entre esta carta e aquele relato — dezenove anos — é ela mesma uma espécie de documento.]*

Reverendíssima Excelência,

Escrevo-lhe para informá-lo de que cheguei a Sevilha em julho e estabeleci-me aqui a minha satisfação. A travessia foi difícil mas sem incidentes, que é o melhor que se pode dizer das travessias.

Escrevo-lhe também para prestar-lhe conta, pois creio que lhe devo uma prestação final do meu trabalho, de que o projeto da catedral se acha em condição que estou satisfeito de deixar. A nave está fechada. As torres estão à altura projetada acima das fiadas de base, o que vem a ser cerca da metade de sua altura final; este trabalho deveria prosseguir sem dificuldade sob a supervisão de Fuentes, e creio que ele compreende suficientemente bem as especificações restantes para levar a obra até sua conclusão. A pedra da fachada está começada e o caráter do edifício final fica estabelecido. O que segue é

execução, e execução é o que Fuentes é capaz de fazer.

Creio que o edifício será o que quisemos que fosse.

Recebi carta de Diego de Porres, remetida por um conhecido na Guatemala. Está descontente com as modificações. Não sei o que lhe dizer. Não respondi. Se a Vossa Excelência parece oportuno enviar uma explicação em nome da diocese, deixo isso ao seu juízo. Não me acho em posição de oferecer-lhe uma que o satisfaça, e desconfio que nenhuma explicação o faria, e já não me acho em posição de envolver-me com utilidade.

Sevilha é como a recordava: velha, cálida e consideravelmente menos interessante do que ela mesma se crê. Alegra-me estar aqui. Não esperava alegrar-me.

Obrigado, Excelência, pelo que me deu. Estou ciente do que lhe custou dar-mo.

Ignacio Moya Sevilha 11 de setembro de 1752

[C.V.: «Estou ciente do que lhe custou dar-mo.» Li esta frase muitas vezes antes de entender o que significava. Não se refere aos honorários. Não agradece ao bispo o encargo. Agradece ao bispo sua liberdade — e reconhece que obtê-la obrigou o bispo a fazer um arranjo que o bispo carregaria pelo resto da vida. O que fez. Noventa e três anos cumpridos, e carregando-o.]

Parte III

O muro

**Nota contextual de Consuelo Vargas Montiel* Ele o pôs onde alguém acabaria por encontrá-lo. Teve razão sobre a paciência e teve razão sobre as ferramentas — as duas coisas que importam para quem vive do cálculo de cargas e do cálculo dos séculos.*

Diário de obra, 1753

Diário de obra · 1753

Documento 18 de 28. Segunda Parte: A confissão do arquiteto.

Nota de Consuelo Vargas Montiel:

> *[C.V.: A segunda entrada selecionada dos diários de obra. É a primeira vez que Tomasín aparece nomeado em qualquer documento desta coleção.]*

DIÁRIO DE OBRA — CATEDRAL DE LEÓN

Mantido pelo capataz Luis Espinoza

3 de março de 1753

Tempo limpo após a chuva. Catorze homens em obra. Continuam os trabalhos nos muros do transepto sul; o muro norte do transepto está na segunda fiada sobre o plinto, avançando com normalidade.

Esta semana foi designado para a equipe do transepto um homem novo, transferido da equipe da costa que terminou a fundação da sacristia. Atende por Tomasín. É menor do que a maioria da equipe e calado. Trabalha com cuidado.

Pus-lhe no muro sul sob Hernández, encarregado do paramento do transepto. Pela tarde do seu primeiro dia, Hernández disse-me que o deixasse em paz e o deixasse trabalhar, porque o estava fazendo bem e a supervisão o estava atrasando. Não é juízo que Hernández dê de leve; não é homem dado a elogiar sem causa.

Tomasín trouxe as próprias ferramentas, o que é incomum. Estão bem

cuidadas. Não as mistura com as ferramentas dos demais.

Materiais recebidos: duas carroças de cantaria de paramento, uma carroça de agregado para argamassa. Os trabalhos avançam no prazo conforme o plano revisado.

Espinoza, capataz

[C.V.: Esta é a primeira entrada em que aparece Tomasín. A última entrada em que aparece é o Documento 19, datado de 14 de outubro de 1755 — dois anos, sete meses e onze dias depois. Nesse tempo, ergueu o muro do transepto sul. Também, ao que parece, fez outra coisa.]

Diário de obra, 1755

Diário de obra · 1755

Documento 19 de 28. Terceira Parte: O muro.

Nota de Consuelo Vargas Montiel:

> *[C.V.: A terceira entrada selecionada do diário de obra. Esta entrada aparece no começo da Terceira Parte, e não no final da Segunda, porque é o documento que abre a pergunta à qual responde a Terceira Parte.]*

DIÁRIO DE OBRA — CATEDRAL DE LEÓN

Mantido pelo capataz Andrés Castellanos (Espinoza retirou-se do posto por doença em janeiro de 1755; Castellanos assumiu o diário em fevereiro daquele ano.)

14 de outubro de 1755

Tempo nublado. Onze homens em obra. O paramento do transepto sul está terminado. Tomasín terminou esta manhã a última fiada do muro sul. O muro é, a meu juízo e ao juízo do supervisor Fuentes, que o inspecionou esta tarde, um trabalho excepcional — paramento uniforme, juntas de argamassa excelentes, fiel ao plano em todas as dimensões especificadas e, em vários aspectos, além do que o plano exigia.

Fuentes fez notar uma seção do muro, entre o segundo e o terceiro pilar sobre o plinto, onde o aparelho apresenta uma variação em relação ao padrão habitual — um ligeiro recuo para dentro de três pedras ao longo de cerca de

quarenta centímetros, com preenchimento atrás de pedra miúda lavrada. Perguntou a Tomasín. Tomasín disse que o muro precisa disso aqui. Fuentes o examinou e achou razoável a justificativa estrutural. Aprovou-o.

O muro do transepto sul está terminado. Começamos o paramento do lado norte esta tarde.

Nesta data, Tomasín terminou seu trabalho no transepto sul e pediu para ser liberado da designação de trabalho. Este pedido foi encaminhado ao escritório do supervisor conforme o procedimento habitual.

Faço constar no registro que Tomasín trabalhou neste projeto durante dois anos e sete meses sem um único dia perdido por doença ou ausência, sem um incidente disciplinar de qualquer espécie e sem uma única peça de trabalho que exigisse correção. Não costumo escrever avaliações pessoais neste diário. Escrevo esta porque o trabalho o merece.

Castellanos, capataz

[C.V.: «O muro precisa disso aqui.» É a mesma frase que Ignacio Moya consigna em seu relato. O capataz Espinoza, o capataz Castellanos e Ignacio Moya ouviram todos Tomasín dizê-la. Os três a registraram, em documentos separados, ao longo de um período de quatro anos. Nenhum deles sabia que os outros a haviam anotado.]

Dentro da variação que Castellanos descreve — a seção de quarenta centímetros entre o segundo e o terceiro pilar — encontrei a caixa de cedro.]

O documento do pedreiro

Documento sobre papel amate · c. 1755

Documento 20 de 28. Terceira Parte: O muro. Precede A carta de Lima (Documento 21).

Nota preliminar de Consuelo Vargas Montiel:

> *[C.V.: Este documento foi encontrado dentro do muro do transepto sul da Catedral de León na tarde de 11 de março de 1974. Eu vinha sondando uma seção do muro entre o segundo e o terceiro pilares, seguindo uma anomalia térmica que nossa equipe havia assinalado como um vão de aproximadamente dezesseis centímetros de profundidade e quarenta de largura. O vão era real. Havia sido selado com uma laje fina cortada para encaixar exatamente — não laje da catedral, mas laje de oficina comum, do tipo que se usa para pisos de casas particulares. Alguém havia tomado uma peça de laje de piso, a havia cortado com considerável precisão e a havia encaixado no muro à altura da terceira fiada sobre o plinto, onde a espessura do reboco oculta um dedo de variação. Eu não o teria encontrado sem o equipamento. Creio que era intencional — estava destinado a ser encontrado em algum momento, por alguém com melhores ferramentas do que as disponíveis em 1755, mas não mediante uma inspeção superficial.]*
>
> *Dentro do vão havia uma caixa de cedro envolta em encerado. Dentro da caixa de cedro havia seis documentos. Cinco deles se reproduzem nesta edição, na ordem em que determinei que devem ser lidos. O*

sexto se reproduz aqui.

O sexto documento está escrito sobre amate — papel de casca, produzido pelo mesmo método utilizado para os manuscritos náuatles pré-contato, embora esta peça seja pequena, de aproximadamente dez por quinze centímetros, dobrada quatro vezes. A escrita é em tinta espanhola, aplicada com uma pena de ponta metálica. As letras são cuidadosas e ligeiramente irregulares, os caracteres de um homem que aprendeu a escrever quando adulto, com instrução, com paciência por ambas as partes. Não há data. Não há saudação. Não há nome ao pé.

Há três frases.

Enviei uma fotografia ao doutor Alejandro Reyes Domínguez na Universidade Nacional Autônoma do México em 1975. Sua tradução e análise aparecem como Documento 28 desta edição. A tradução que aparece a seguir é dele, com uma emenda minha, indicada.]

Texto original

Notoca Cuauhtlanextli. Amo notoca Tomasín.

Ica notlahtlacol ōnicchīuh inin tepantli.

Nicān ōnictlālih in neltiliztli; ahzo ticmati.

Tradução

Traduzida pelo doutor Alejandro Reyes Domínguez, UNAM, Departamento de

Línguas Mesoamericanas, 1975. Uma emenda de C. Vargas, indicada.

Meu nome é Cuauhtli-Tlanextli. Meu nome não é Tomasín.

Com meu pecado fiz este muro.*

Aqui pus a verdade; talvez a conheças.

** O doutor Reyes Domínguez traduz* notlahtlacol *aqui como «minha falta» ou «minha transgressão». Traduzi-o como «meu pecado» porque a palavra em náuatle carrega o peso religioso dos dois significados simultaneamente, e Cuauhtli-Tlanextli era, no momento de escrever isto, um católico batizado que havia passado seis anos trabalhando dentro de uma catedral. Sabia o que significava a palavra em ambos os sistemas. Creio que a escolheu deliberadamente. — C.V.*

[C.V.: Vou afastar-me de minha prática editorial aqui, que tem sido deixar que os documentos falem por si mesmos e confinar minhas observações a questões de fato histórico, tradução e procedência.]

Meu nome é Consuelo Vargas Montiel. Nasci em Manágua em 1938. Sou arquiteta estrutural. Passei trinta anos estudando edifícios que outros construíram — medindo seus muros, lendo as especificações de homens há muito mortos, aprendendo os nomes dos engenheiros que os projetaram e dos artesãos que executaram os projetos, e depois registrando esses nomes em documentos oficiais e histórias da arquitetura. Sou boa nisso. Tenho um doutorado pela Universidade de Sevilha e um cargo docente na Universidade Nacional, e publiquei três monografias sobre arquitetura eclesiástica colonial na América Central, que ninguém fora de meu campo imediato leu, o que é

como deve ser.

Passei quatro anos com a letra dele. Não conheço a letra de Cuauhtli-Tlanextli. Tenho três frases.

Escreveu em caracteres cuidadosos e ligeiramente irregulares, como já disse. Usou amate — o que significa que preparou isto, ou o fez preparar, com antecedência. Não escreveu isto em um pedaço do que tivesse à mão. Pensou em que material duraria. Dobrou o papel quatro vezes e o envolveu no mesmo encerado que cobre a caixa de cedro, o que significa que ou bem obteve o encerado de forma independente ou bem teve acesso à caixa antes que fosse selada. Seu documento ficou no fundo, debaixo dos demais. Foi o último.

Sabia que alguém o leria. Pô-lo onde alguém com ferramentas adequadas e suficiente paciência o encontraria — e teve razão nas duas coisas, embora tenha superestimado em aproximadamente dois séculos quanto tempo as ferramentas levariam para chegar.

Seu nome é Cuauhtli-Tlanextli. Significa Águia de Luz Viva — a luz que se move, não a luz fixa. Chamavam-no Tomasín, que é um diminutivo de Tomás, que é um nome que lhe deram, que não é seu nome. Passou seis anos construindo uma catedral em uma língua que não era a sua, para um Deus que não era o seu, sob as ordens de um bispo cujo nome aparece em dezessete documentos desta edição e cujo rosto aparece em um retrato na sacristia da catedral. Cuauhtli-Tlanextli não aparece no retrato. Não aparece em lugar algum por seu nome até este documento, que ele mesmo escreveu, colocou e selou dentro de seu próprio muro.

Disse que construiu o transepto sul com seu pecado. O doutor Reyes Domínguez e eu discutimos esta frase extensamente. O pecado poderia ser o ato de engano — o de construir um muro que oculta o que oculta. Poderia ser sua participação em uma instituição que não escolheu. Poderia ser algo

completamente diferente, algo que não podemos recuperar, a contabilidade privada de um homem do qual sabemos quase nada. Deixei de tentar decidir que pecado queria dizer. Nomeou-o. Pô-lo no muro com tudo o mais, e depois cobriu-o com pedra.

O ahzo *— talvez — é a parte que não me abandona. Não estava certo de que entenderíamos. Não estava certo de que a verdade fosse legível para quem a encontrasse, separada dele pelos anos que ele imaginasse. Pô-la ali mesmo assim. Selou o muro. Voltou ao trabalho.*

Continuo achando isso belo.]

A carta de Lima

Carta diocesana · novembro de 1763

Documento 21 de 28. Terceira Parte: O muro.

Nota de Consuelo Vargas Montiel:

> *[C.V.: Estes documentos são o que a rodeava.]*
>
> *A carta de Lima. Foi encontrada no Arquivo Geral das Índias, em Sevilha, dentro de um maço de correspondência eclesiástica diversa procedente do vice-reinado do Peru. Não estava arquivada com os materiais de León. Encontrei-a por acaso, ao cotejar um número de referência do dossiê da Nicarágua do Conselho. A carta trata do projeto da Catedral de Lima, que estava sendo revisado na década de 1760. Reproduz-se aqui em forma abreviada. Chama-se a atenção do leitor para o último parágrafo.]*

[Abreviada. Texto íntegro no Arquivo Geral das Índias, seção Peru, maço 1763-XVII.]

Aos Excelentíssimos Senhores do Conselho das Índias:

Escrevemos para solicitar a orientação do Conselho sobre uma questão surgida da atual revisão do projeto da Catedral de Lima, especificamente quanto aos planos arquitetônicos que esta diocese tem em seu poder e à sua relação com os planos aprovados para a Catedral de León, Nicarágua.

Chegou ao nosso conhecimento que a catedral de León, atualmente em estado avançado de construção, apresenta certas diferenças significativas em relação aos planos tal como foram apresentados ao Conselho. Obtivemos, pelos

canais à nossa disposição, uma cópia dos registros de adaptação arquivados pelo arquiteto supervisor em León, e observamos que as modificações ali descritas — extensão substancial da nave, aumento da altura das torres e redesenho da fachada — representam mudanças que, aplicadas à inversa, produziriam um edifício muito semelhante aos planos que esta diocese tem atualmente em seu poder para o projeto de Lima.

Não formulamos neste momento nenhuma alegação formal. Solicitamos apenas que o Conselho esclareça a procedência de ambos os conjuntos de planos e confirme que as modificações de León se fizeram exclusivamente sobre a base das condições locais do sítio, conforme afirmam os registros de adaptação.

[Páginas adicionais omitidas.]

Em outra matéria, alheia ao anterior: um membro de nosso pessoal diocesano, de regresso de uma viagem pela América Central, refere um encontro incomum em León. Perto do sítio da catedral, conversou com um homem ancião — muito alto, de olhos prateados pouco usuais nesta região, que parecia gozar de excelente saúde apesar do que nosso funcionário calculou como uma idade avançada. O homem falou com considerável conhecimento da construção e de sua história, e fez várias observações sobre as proporções da catedral que nosso funcionário, que tem alguma formação arquitetônica, achou tecnicamente refinadas. Quando lhe perguntaram como sabia tanto sobre o edifício, disse que vinha há algum tempo acompanhando sua construção com interesse. Não deu seu nome.

Mencionamo-lo apenas como um detalhe curioso da viagem, sem significação particular.

Em serviço a Deus e a Sua Majestade, O Escritório do Bispo de Lima Lima,

Peru 12 de novembro de 1763

[C.V.: A primeira aparição desta descrição se acha no Documento 16. A segunda está aqui. A terceira, no Documento 26.]

A confissão no leito de morte

Confissão no leito de morte · 1771

Documento 22 de 28. Terceira Parte: O muro.

Nota de Consuelo Vargas Montiel:

> *[C.V.: No outono de 1771, o bispo Isidoro Venegas de Cienfuegos adoeceu gravemente aos oitenta e seis anos. A doença durou três semanas. Seu confessor, o padre Hernán Cáceres, assistiu-o ao longo dela e consignou esta confissão, feita no que todas as partes creram ser o leito de morte do bispo, na noite de 19 de outubro de 1771. O bispo se recuperou. Viveu mais sete anos.]*
>
> *O padre Cáceres guardou o registro. Foi encontrado entre seus papéis privados, doados ao Arquivo Diocesano após sua morte em 1803. O bispo não foi informado de que o registro fora guardado. Se ele teria objetado é uma pergunta que não posso responder.]*

Em nome de Deus Pai, Deus Filho e Deus Espírito Santo, e em cumprimento de meus deveres como confessor do Reverendíssimo Bispo Isidoro Venegas de Cienfuegos, eu, padre Hernán Cáceres, registro a seguinte confissão, feita pelo bispo na noite de 19 de outubro de 1771, na crença de que não sobreviveria à noite.

O bispo falou devagar, com considerável esforço, em uma voz que mal conseguia ouvir. Registrei o que ouvi com a maior exatidão possível. Onde não estou certo, indiquei.

Disse que queria confessar um engano. Disse que fora um engano longo e que decidira que não era errado mas que queria dizê-lo em voz alta diante de Deus caso o tivesse decidido incorretamente.

Disse: usei um documento que não me cabia usar, para um propósito para o qual não fora concebido, a fim de obter algo que cria que minha cidade merecia. Usei-o como alavanca com um homem cuja liberdade comprei à custa da integridade da diocese. Fi-lo deliberadamente e com considerável planejamento. Faria outra vez. Mas quero que Deus saiba que sabia o que fazia.

Disse: o documento está na catedral. Pu-lo ali porque não sabia que outra coisa fazer com ele, e porque o homem que mo deu o havia destinado ao edifício, e o edifício me parecia o lugar adequado. Pu-lo no muro. Entreguei-o ao pedreiro porque o pedreiro era a única pessoa envolvida em quem eu confiava para entender o que tinha nas mãos. Disse-lhe onde devia ir. Ele decidiu como.

Disse — aqui sua voz baixou e me inclinei para ouvir — disse: o pedreiro entendeu duas coisas ao mesmo tempo. Di-lo como se isso explicasse algo. Talvez o explicasse.

Disse: a catedral é bela. Vi-a todos os dias durante vinte anos, e é o melhor que fiz, e fi-lo enganando o Conselho das Índias e comprando a liberdade de um homem com uma mentira sobre a procedência de seus planos. Quero confessar isto antes de morrer.

Disse: não me arrependo. Quero confessá-lo e quero deixar claro que não me arrependo. Estou disposto a responder ante Deus por isso se Deus o achar insuficiente. Creio que Deus não o achará insuficiente.

Deixou de falar por um tempo.

Disse, ao cabo: creio que o homem que o tornou possível — o velho governador, há duzentos anos — creio que consideraria isto um desfecho

satisfatório. Espero que assim fosse.

[Incerto — não pude ouvir claramente o que disse em seguida. Disse algo sobre um notário. Disse que o notário entendeu. Isto pode ser o que disse.]

Pediu a absolvição.

Eu a dei.

Consignado fielmente neste vigésimo dia de outubro, no Ano do Senhor de 1771. Padre Hernán Cáceres

---

[C.V.: O bispo Venegas de Cienfuegos se recuperou da doença. Continuou como bispo da Nicarágua até sua morte em 1778, aos noventa e três anos. Nunca falou publicamente da história da construção da catedral. Nunca, até onde pude determinar, contou a ninguém nada sobre a caixa de cedro nem sobre seu conteúdo.]

A catedral se concluiu em 1814, trinta e seis anos após sua morte. Nunca a viu consagrada.

A linha final do padre Cáceres: «Pediu a absolvição. Eu a dei.» Não tenho nada a acrescentar.]

O diário final de Fuentes, 1783

Diário de obra · 1783

Documento 23 de 28. Terceira Parte: O muro.

Nota de Consuelo Vargas Montiel:

> *[C.V.: A última entrada do diário de obra mantido sob o supervisor Fuentes, escrita no último dia de 1783. O diário continua depois sob outro supervisor, mas esta é a entrada que encerra a geração que construiu o corpo da catedral. As torres estão concluídas. As abóbadas da nave estão concluídas. O que resta é trabalho de interior — emboço, decoração, o altar, o coro — que tomará outros trinta anos. Mas o casco está ali. O edifício que hoje se ergue é o edifício que existia em 31 de dezembro de 1783.]*

DIÁRIO DE OBRA — CATEDRAL DE LEÓN

Mantido pelo supervisor Miguel Fuentes

31 de dezembro de 1783

Tempo frio e claro. Último dia do ano. Venho mantendo este diário, no todo ou em parte, durante trinta e cinco anos. Esta é a última entrada que escreverei. Minha vista se deteriorou ao ponto em que não posso assumir a responsabilidade do registro de obra, e dispus que meu assistente Ramírez assuma o diário a partir do primeiro de janeiro.

Quero deixar constância, para quem leia este diário depois de mim, do que se construiu.

A nave que construímos é a nave que construímos. As torres se erguem onde iriam erguer-se. A fachada dá para a praça numa linha longa, baixa e horizontal que, à luz da tarde, parece brotar do chão, que é o que o arquiteto se propunha, ou assim me disse. A abóbada do cruzeiro está concluída. As abóbadas do coro estão concluídas. O transepto sul está concluído, está-o desde 1755, e é, em meus trinta e cinco anos de observação, a melhor cantaria do sítio — o muro sul em particular, erguido por um pedreiro de quem me lembro bem, pequeno, calado, cuidadoso, que trabalhou dois anos e sete meses e nunca exigiu correção e depois partiu.

O edifício não está terminado. Tomará mais anos. Mas o edifício está ali. Pode-se entrar nele e sentir o que será, que é mais do que eu poderia ter dito quando comecei.

Passei minha vida adulta neste sítio. Tinha vinte e dois anos quando cheguei para auxiliar o arquiteto Moya e tenho cinquenta e sete agora. Construí menos do que Tomasín e mais do que o bispo, e fiz as pazes com esse cálculo.

Que Deus mantenha este edifício de pé.

Miguel Fuentes, supervisor León, Nicarágua 31 de dezembro de 1783

[C.V.: «Pode-se entrar nele e sentir o que será.» Li esta frase numa sala de leitura do Arquivo Diocesano numa tarde de outubro de 1974, sete meses depois de encontrar a caixa de cedro. Naquela manhã estivera dentro da catedral pelo trabalho do estudo. Sabia exatamente o que ele queria dizer.]

Petição relativa a Tomasín

Petição laboral · novembro de 1755

Documento 24 de 28. Terceira Parte: O muro.

Nota de Consuelo Vargas Montiel:

> *[C.V.: Este documento é de 1755, o mesmo ano em que Tomasín terminou seu trabalho no transepto sul e partiu. É uma petição apresentada por Tomasín ao capataz Fuentes solicitando sua liberação de seus compromissos laborais antes do final do período contratual estabelecido.]*

[Petição ao sobrestante de obras, León, Nicarágua, novembro de 1755]

O abaixo-assinado solicita que se lhe conceda a liberação de seus compromissos laborais no projeto de construção da catedral de León, conforme as condições aplicáveis aos trabalhadores que tenham completado o trabalho atribuído anteriormente ao termo previsto.

O trabalho atribuído ao abaixo-assinado — o paramento do muro sul do transepto, entre o segundo e o terceiro pilares — está completo. O sobrestante certificou a qualidade do trabalho. Não resta nada da atribuição original a fazer.

A obra que foi designada ao abaixo-assinado está concluída. A obra que não foi designada também está concluída. O abaixo-assinado solicita o pagamento do salário devido e a documentação da liberação.

Tomasín León, Nicarágua novembro de 1755

[C.V.: A petição foi concedida. A documentação da liberação leva data de 18 de novembro de 1755. A assinatura de Tomasín na petição é a única amostra de sua escrita em castelhano que encontrei.]

Construiu a variação entre o segundo e o terceiro pilares nos meses finais de seu trabalho no muro, antes de sua conclusão em outubro de 1755. Quando apresentou sua petição de liberação, a variação já estava no lugar.]

Inventário decorativo

Inventário decorativo · 1780

Documento 25 de 28. Terceira Parte: O muro.

Nota de Consuelo Vargas Montiel:

> *[C.V.: Em 1780, enquanto se ultimava a decoração interior do transepto sul, a administração diocesana encomendou um inventário da cantaria decorativa dessa seção. O inventário foi compilado por um escrivão chamado Pacheco. É um documento simples. Dirijo a atenção do leitor ao Ponto 7.]*

INVENTÁRIO DE CANTARIA DECORATIVA — TRANSEPTO SUL

Compilado por ordem da Diocese da Nicarágua Compilado por Isidro Pacheco, escrivão diocesano Outubro de 1780

Ponto 1. Quatro pilastras adossadas, muro sul, lavradas segundo o plano decorativo aprovado. Estado excelente.

Ponto 2. Cornija lavrada em todo o comprimento do muro sul à altura da imposta, motivo floral. Executada pela oficina do canteiro Hernández. Estado excelente.

Ponto 3. Molduras de janela, três aberturas no muro sul, pedra lavrada com motivo geométrico. Executadas segundo o desenho aprovado. Estado excelente.

Ponto 4. Mísulas lavradas no cruzeiro, oito em número, motivo floral e geométrico. Executadas pela oficina do canteiro Hernández. Estado excelente.

Ponto 5. Friso lavrado sobre o portal sul, motivo figurativo com anjos e trabalho de videira. Executado segundo o desenho aprovado. Estado excelente.

Ponto 6. Tabuleiro de inscrição lavrado sobre o portal sul, texto latino por indicação do bispo: *LAUDATE DOMINUM OMNES GENTES.* Estado excelente.

Ponto 7. Entre o segundo e o terceiro pilar do muro sul, à altura da primeira fiada de galeria, uma seção do paramento mostra um elemento lavrado incomum que não aparece no plano decorativo aprovado: três pequenas figuras, de aproximadamente oito centímetros de altura, trabalhadas na pedra do paramento com considerável habilidade. As figuras parecem representar três formas humanas — duas adultas, uma pequena — executadas num estilo que não é o estilo eclesiástico colonial convencional empregado em outros lugares do transepto, mas sim um estilo que o compilador não consegue identificar especificamente. As figuras estão parcialmente ocultas pela sombra da pilastra e não seriam notadas por um observador casual. Quando se chamou a atenção do escritório do supervisor sobre este elemento, a resposta recebida foi que a talha parece datar do período original de construção e que não existe registro dela na documentação de obra. O escritório do supervisor recomendou que fosse deixada em seu lugar.

O elemento se faz constar aqui para que fique completo o inventário.

Ponto 8. Estado geral da cantaria do transepto sul: excelente em seu conjunto. O paramento do muro sul é avaliado como a melhor cantaria das seções terminadas da catedral.

Isidro Pacheco, escrivão León, Nicarágua 28 de outubro de 1780

[C.V.: Três figuras. Duas adultas, uma pequena. Examinei esta talha em 14 de

março de 1974 — três dias após encontrar a caixa de cedro, e antes de haver lido nenhum dos documentos que continha. Fotografei-a. A fotografia está em minhas notas de pesquisa (Documento 27 desta edição).]

Quando mais tarde li o Ponto 7 deste inventário, voltei à talha e a olhei por longo tempo.

O estilo que Pacheco «não consegue identificar especificamente» é coerente com a talha figurativa mesoamericana pré-contato — as formas alongadas, a postura frontal, a integração do corpo. É o único elemento da catedral que o é. Não sei a quem representam as três figuras. Tenho uma hipótese. Não a registrarei aqui.]

O bispo da Guatemala

Relato pessoal · 1790

Documento 26 de 28. Terceira Parte: O muro. Encerra a Terceira Parte.

Nota de Consuelo Vargas Montiel:

> *[C.V.: O bispo da Guatemala visitou León na primavera de 1790, numa turnê pelas dioceses centro-americanas. Escreveu ao arcebispo da Cidade do México sobre sua visita. A carta é em parte administrativa e em parte pessoal. Reproduzo apenas a parte pessoal. Dirijo a atenção do leitor para o quarto parágrafo.]*

[Parte administrativa omitida.]

A Catedral de León é extraordinária. Alguns colegas me haviam advertido que excedia as expectativas e eu o havia tomado com a pitada de sal com que se acolhem as descrições que os colegas fazem dos edifícios que admiraram, mas neste caso a advertência era exata. O edifício é grande demais para a cidade — substancialmente grande demais, daquela maneira que sugere que alguém tomou uma decisão e não cometeu um erro — e o interior é um dos mais finos que vi nas Américas. As proporções da nave são incomuns: mais baixas e mais largas do que a tradição de Lima, com uma qualidade de peso horizontal que se lê da entrada como quase geológica, como se o edifício houvesse crescido do chão em vez de haver sido pousado sobre ele. O transepto sul em particular é excepcional. Passei nele um tempo considerável.

Conheci o novo bispo — Ramírez, que ocupa o cargo desde a morte do velho Venegas de Cienfuegos há doze anos — e o achei capaz e bem orientado em sua diocese. Mostrou-me os registros da diocese com um orgulho

apropriado. Não lhe perguntei pela história arquitetônica da catedral. Tive a impressão de que nessa história há coisas que o atual bispo conhece apenas em parte e que preferiria não ver remexidas por um visitante.

León em si é uma cidade agradável, poeirenta na estação seca, consideravelmente menos nas chuvas. A população é mestiça e em sua maioria pobre, com uma comunidade indígena significativa nos bairros ocidentais. Parecem contemplar a catedral com a mistura apropriada de orgulho e perplexidade — orgulho, porque é manifestamente um dos melhores edifícios das Américas; perplexidade, porque é manifestamente grandiosa demais para uma cidade deste tamanho. A perplexidade não carece de fundamento.

Dois dias depois, na manhã de minha partida, encontrei um homem ancião sentado no transepto sul. Era muito alto, de porte ereto apesar de sua evidente idade, e tinha os olhos de uma cor pálida incomum — prateados, diria, embora possa ser a luz dessa parte do edifício, que é particular. Examinava a talha entre o segundo e o terceiro pilar como se já a tivesse visto antes. Perguntei-lhe se era dali. Disse que vinha há muito tempo a este edifício. Perguntei-lhe quanto. Disse: desde antes de se terminarem as torres. Disse-o como se fosse uma simples constatação de fato, embora as torres tenham sido concluídas na década de 1760, o que o tornaria extraordinariamente velho, e não parecia extraordinariamente velho — velho, certamente, mas não de maneira impossível. Não insisti na pergunta. Tinha a qualidade de um homem que não se explica e que não espera que se lhe peça explicação.

Disse: o edifício é um argumento. Perguntei-lhe que argumento. Disse: que a intenção de um homem o sobrevive. Depois disse que tinha um compromisso e partiu, e o vi sair do transepto sul para a nave, e quando eu mesmo cheguei à nave havia desaparecido.

Menciono-o apenas porque me pareceu uma despedida adequada para um

edifício que produz, ao menos em mim, a sensação nítida de uma presença da qual não consigo dar conta arquitetonicamente. Talvez todos os grandes edifícios o façam. Visitei muitos edifícios e não estou certo de que todos o façam.

Vosso em Deus, O bispo da Guatemala Cidade da Guatemala 12 de abril de 1790

Parte IV

O aparato

**Nota contextual de Consuelo Vargas Montiel* Tentei, neste trabalho, não replicar o que estudo. Os homens desta edição mantiveram registros duplos. Mantiveram o que o registro oficial exigia e o que a honestidade exigia, e o registro honesto foi o que terminou no muro. Tentei não fazer isso. Tentei que o que omiti seja o mesmo que aquilo que eu disse ter omitido, e que o que aparece nas notas seja o mesmo que aparece nos próprios documentos. Não tenho certeza de ter conseguido. Tenho meus próprios registros privados — esta edição não é tudo o que sei. Mas é tudo o que, tendo pensado cuidadosamente nisso, creio que o registro requer. O *ahzo* pertence a quem tiver isto nas mãos.*

Notas de pesquisa de Consuelo

Notas de pesquisa da organizadora · 1974 – 1976

Documento 27 de 28. Quarta Parte: O aparato.

Nota de Consuelo Vargas Montiel:

> *[C.V.: Incluo minhas próprias notas de pesquisa porque o processo de encontrar os documentos no arquivo é, de modo modesto, parte da história que estes documentos contam. Selecionei entradas dos catorze meses que passei na pesquisa de arquivo, sobretudo em Sevilha, entre 1975 e 1977. Não são literatura. São notas.]*
>
> *Estou em Sevilha. Tenho fotografias da caixa de cedro. Ainda não tenho tudo.]*

NOTAS DE PESQUISA — ARQUIVO GERAL DAS ÍNDIAS, SEVILHA

Entradas selecionadas

3 de dezembro de 1975 — Dia 1, Sevilha

Cheguei ontem. A sala de leitura abre às nove. Sou a única pessoa que trabalha esta semana na seção da América Central, o que é habitual num projeto de história de construção diocesana e que acho, como sempre, ao mesmo tempo solitário e clarificador. Quando ninguém mais procura o que você procura, ou está errada quanto à sua importância, ou é a primeira.

Começo pelo dossiê da Nicarágua do Conselho das Índias. Sei que o decreto de aprovação existe; encontrei uma referência no Arquivo Diocesano de León.

Preciso encontrar aqui o original e a correspondência que o cerca.

7 de dezembro de 1975

Encontrei o decreto de aprovação (Documento 11 em meu catálogo de trabalho). Linguagem padrão, nada incomum. Encontrei a carta anexa do secretário do bispo que apresenta os planos (Documento 12 no catálogo de trabalho — a comissão a Porres). Porres entregou os planos no prazo. Os planos são descritos como aprovados. Tudo isto é coerente com o que eu já sabia.

O que não consigo encontrar: nenhum registro dos registros de adaptação que ao que parece Moya arquivou em 1750–51. Deveriam estar no dossiê da Nicarágua. Não estão.

14 de dezembro de 1975

Cotejei os números de referência do dossiê da Nicarágua com o índice de registros administrativos. Encontrei uma discrepância: dois assentos referenciados no índice de 1751 não aparecem no dossiê atual. Poderia significar que foram arquivados por engano, ou retirados para revisão separada, ou perdidos. Poderia significar que nunca foram arquivados.

Perguntei à arquivista. Disse que os materiais às vezes são arquivados por engano quando concernem a mais de um território. Sugeriu que eu revisasse a seção do Peru.

17 de dezembro de 1975

Encontrei a carta de Lima (Documento 21 no catálogo de trabalho) mal arquivada na seção do Peru, maço 1763-XVII. Procurava os registros de adaptação que faltavam. Li-a três vezes. O Conselho havia sido interpelado por Lima para esclarecer a relação entre os dois conjuntos de planos, e o dossiê não mostra resposta alguma — a nota de arquivo de Aznar é o mais próximo a uma.

Fiquei um tempo sentada na sala de leitura depois de entender isto. A

arquivista me perguntou se eu precisava de algo. Disse que não.

8 de janeiro de 1976

Encontrei os registros de adaptação, arquivados por engano na seção da Guatemala com os materiais de Porres. Foram mal arquivados deliberadamente ou por acidente; não posso saber. Os registros de adaptação documentam cada mudança que Moya fez e fornecem justificativas técnicas para todas elas. As justificativas são adequadas. As mudanças são extraordinárias.

Moya acrescentou nove varas de nave. Subiu as torres oito varas. Redesenhou a fachada por inteiro. Fez tudo isto arquivando justificativas tecnicamente defensáveis ante o Conselho. E o Conselho arquivou as justificativas sem resposta substantiva.

O edifício de León não é o edifício que se aprovou. Todos os envolvidos sabiam. Ninguém o disse.

8 de outubro de 1976 — Manágua

De volta de Sevilha. Venho trabalhando nas transcrições e na tradução. O documento em náuatle enviado ao doutor Reyes Domínguez em março; resposta recebida em outubro (Documento 28 no catálogo de trabalho).

Visitei León na semana passada para reexaminar o transepto sul. Voltei à talha entre o segundo e o terceiro pilar. Passei uma hora com ela. Três figuras, como descreve o inventário de Pacheco. Sei quem são. Não vou escrevê-lo nestas notas.

11 de março de 1977

Terceiro aniversário do achado da caixa de cedro.

Fiquei um tempo no transepto sul esta manhã. A luz do transepto sul a meio da manhã entra pelas três janelas meridionais e bate diretamente na pedra do paramento, o que significa que a talha entre as pilastras é visível a uns dez

metros de distância por uns quarenta minutos cada manhã. Vi acontecer isso muitas vezes. Acontece todo dia e vem acontecendo todo dia desde 1755. A maioria das pessoas que passaram pelo transepto sul durante aqueles duzentos e vinte anos não teriam estado ali no momento certo, ou não teriam estado olhando a seção certa do muro, ou não teriam sabido o que estavam vendo.

Eu estive ali no momento certo. Soube o que estava vendo porque havia lido a caixa de cedro.

Ele a pôs ali sabendo que é isso o que faria falta para entendê-la. O equipamento. Os catorze meses em arquivos. Alguém suficientemente paciente para cotejar um maço do Peru pela mera possibilidade de que um documento mal arquivado sobre a Nicarágua tivesse ido parar ali.

Também teve razão nisso.

A carta de Reyes Domínguez

Correspondência acadêmica · 1976

Documento 28 de 28. Quarta Parte: O aparato. Encerra a edição antes do Documento do Pedreiro.

Nota de Consuelo Vargas Montiel:

> *[C.V.: O último documento antes do Documento do Pedreiro propriamente dito. O doutor Reyes Domínguez é especialista em náuatle colonial e pré-contato na UNAM. Enviei-lhe uma fotografia do documento de papel de amate em março de 1975. Respondeu-me em outubro. Sua carta é a última voz externa desta edição. Depois dela, só há Tomasín.]*

Prezada doutora Vargas:

Obrigado por me enviar a fotografia. Venho trabalhando com ela desde abril, e peço-lhe desculpas pela demora na minha resposta — queria ter certeza antes de escrever-lhe, e a certeza, com um documento desta classe, leva tempo.

Dar-lhe-ei meus achados em três partes: a análise linguística, a tradução e depois uma observação adicional que não cai estritamente dentro da minha área de competência mas que creio que a senhora deve ter.

Sobre a língua. As três frases estão em náuatle clássico, de um tipo coerente com meados do século XVIII — isto é, náuatle tal como o falavam e escreviam pessoas indígenas instruídas na Nova Espanha durante o período colonial, influenciado pelo contato com o espanhol mas com a estrutura gramatical nuclear intacta. O autor dominava a língua. Este não é um documento escrito por

alguém a quem se haviam ensinado umas poucas frases. O autor pensava em náuatle. Os elementos influenciados pelo espanhol na ortografia são os de uma pessoa que sabia escrever em ambos os sistemas e que escolhia escrever em um deles. A escolha foi deliberada.

Sobre a tradução. As três frases dizem o seguinte. Dou-lhe minha tradução, com notas sobre os termos discutidos.

Notoca Cuauhtlanextli. Amo notoca Tomasín. Meu nome é Cuauhtli-Tlanextli. Meu nome não é Tomasín.

Notoca é a forma possessiva padrão de primeira pessoa com a raiz vocativa *toca* — «meu nome». O nome Cuauhtlanextli é um composto de *cuauhtli* (águia) e *tlanextli* (luz, esplendor — especificamente a espécie de luz que se move, distinta da luminosidade fixa). No documento os dois elementos se escrevem como uma só palavra, como é padrão na formação de nomes do náuatle clássico. O nome significa, aproximadamente, Águia de Luz Resplandecente. É um nome náuatle próprio, não um nome batismal. O contraste com Tomasín — um diminutivo espanhol — é todo o sentido da frase.

Ica notlahtlacol ōnicchīuh inin tepantli. Com minha falta fiz este muro.

Ica notlahtlacol — «com meu pecado» — é o instrumental, anteposto ao início da frase. *Ica* é a preposição comitativo-instrumental padrão; *notlahtlacol* é a primeira pessoa singular possessiva de *tlahtlacolli* — transgressão, pecado, falta. Em náuatle pré-contato, *tlahtlacolli* portava o sentido de violação da ordem cósmica; no náuatle colonial católico adquiriu o sentido de pecado em sentido cristão. O autor, como católico batizado que havia passado anos na oficina de uma catedral, teria sido plenamente consciente de ambos os registros. Não creio que a ambiguidade seja acidental. Hesitei durante várias semanas entre «minha falta» e «minha transgressão», e decidi-me, neste rascunho, por «minha falta». A senhora pode preferir «minha transgressão» ou — se desejar

trazer plenamente para o primeiro plano o registro cristão — «meu pecado». As três são defensáveis. Nenhuma é completa; a escolha cabe à senhora como organizadora da edição. *Ōnicchīuh* é a primeira pessoa singular em passado completado de *chihua*, fazer ou construir — o aumento *ō-* marca a ação como acabada, selada. *Inin tepantli* — «este muro» — *tepantli* é o termo ordinário para um muro de alvenaria construído. A anteposição de *ica notlahtlacol* dá prioridade ao pecado na ordem da frase: é a primeira coisa enunciada, o instrumento da feitura. O português não pode reproduzir totalmente essa sequência sem perder algo.

Nicān ōnictlālih in neltiliztli; ahzo ticmati. Aqui pus a verdade; talvez o saibas.

Nicān — «aqui». *Ōnictlālih* é a primeira pessoa singular em passado completado de *tlālia*, pôr ou assentar — a forma do pretérito, o aumento *ō-* marca a ação como acabada: «pu-la». *In neltiliztli* — «a verdade» — é uma forma nominalizada de *nelli*, verdadeiro, e porta o registro literário e solene do náuatle escrito formal: o registro dos testamentos, dos anais e dos *huehuetlatolli*. Não é fala cotidiana. É o vocabulário de alguém que escreve com peso deliberado. *Ahzo ticmati* — «talvez o saibas» — é o condicional de segunda pessoa: *ticmati* (sabes, entendes) com *ahzo* (talvez, possivelmente) precedendo o verbo, como faz de maneira consistente nos textos atestados. O *ahzo* é o que faz mais trabalho na frase. Ele não está certo de que entenderemos. Pôs a verdade dentro do muro de qualquer maneira.

Sobre uma observação adicional. Sou linguista, não historiador, e o que vou dizer excede minha formação. Mas venho trabalhando com este documento há seis meses e sinto que lhe devo minha resposta plena.

O nome Cuauhtli-Tlanextli não é um nome batismal e não teria aparecido em nenhum registro oficial colonial. Um homem que trabalhava sob arranjos de

trabalho coloniais teria sido conhecido por seu nome batismal — neste caso, Tomás, diminutivo Tomasín. Seu nome náuatle era próprio, conservado em privado, dado ao nascer ou na maioridade à maneira tradicional, e portado em paralelo com o nome colonial ao longo de sua vida.

Escreveu seu nome privado em papel de amate em sua primeira língua. Pô-lo num muro que ele próprio construiu. Esperava — com o condicional *ahzo* — que alguém pudesse com o tempo entendê-lo.

Passei vinte anos estudando documentos em náuatle do período colonial. A maioria deles são documentos de conversão — de uma língua em processo de transformação pelo contato com outra, de pessoas registrando suas vidas num idioma que estava sendo lentamente substituído. Costumam ser documentos de perda.

Este não é um documento de perda. Este é um documento de conservação. Conservou seu nome e sua língua, e pôs ambos num lugar que ele próprio construiu com suas mãos, num edifício cujos planos vinham de outra parte, por razões que talvez conhecesse e talvez não, e escreveu em papel de amate as três coisas que precisava dizer.

Acho isto, doutora Vargas, notável. Pareceu-me que a senhora devia saber que o acho notável. Os estudiosos às vezes são relutantes em dizer quando um documento os comove. Eu não sou relutante. Este me comoveu.

Por favor, faça-me saber se precisa de análise adicional. Ficaria contente em continuar.

Com respeito e admiração por seu trabalho,

Doutor Alejandro Reyes Domínguez Departamento de Línguas Mesoamericanas Universidade Nacional Autônoma do México Cidade do México, 14 de outubro de 1975

---

*[C.V.: «Este é um documento de conservação.» Li esta carta em meu apartamento em Manágua numa terça-feira à noite de novembro de 1975, e fiquei com ela por longo tempo.

Escrevi ao doutor Reyes Domínguez na semana seguinte. Disse-lhe que havia tomado sua tradução provisória e emendado uma palavra: havia deslocado «minha falta» para «meu pecado». Não conseguia justificar a escolha em termos linguísticos — ele teria sempre a melhor parte desse argumento — e não tentei. Disse-lhe que tomei a decisão como pessoa que leu o documento muitas vezes e como alguém a quem a palavra tocava a consciência. Respondeu-me que entendia e que a emenda era minha para fazer. A tradução publicada no Documento 20 leva minha emenda, com sua análise, e ali fica registrada em nota.]*

Notoca Cuauhtlanextli. Amo notoca Tomasín.

Ica notlahtlacol ōnicchīuh inin tepantli.

Nicān ōnictlālih in neltiliztli; ahzo ticmati.

O que o leitor faça com isso é assunto seu.

Fim da edição

A catedral perdida

Editado por Consuelo Vargas Montiel

Pranchas e reconstruções visuais

As imagens que seguem acompanham a edição. Algumas são fotografias de lugares e arquivos reais que aparecem nos documentos; as demais são reconstruções visuais de pessoas e objetos imaginados, não reproduções de originais históricos.

Antecedentes — antes da Nicarágua

Prancha 01

Carta universal de Diego Ribeiro, 1529. Detalhe do Padrón Real conservado na Biblioteca Apostólica Vaticana.

Crédito: Reconstrução visual no estilo da oficina cartográfica de Sevilha.

Prancha 02

Pedrarias Dávila (1440 – 1531), governador de Castela do Ouro e da Nicarágua. Estilo da gravura do século XVII.

Crédito: Reconstrução à maneira das gravuras da História Geral de Antonio de Herrera.

Prancha 03

Francisco Pizarro, retrato equestre. Estilo da pintura colonial espanhola do século XVI.

Crédito: Reconstrução visual à maneira dos retratos da oficina de Madri.

León Viejo, 1524 – 1610

Prancha 04

Ruínas de León Viejo, fundada em 1524 e abandonada após a erupção de 1610. O Momotombo ao fundo.

Crédito: Reconstrução visual do sítio arqueológico, Patrimônio Mundial da UNESCO desde 2000.

Prancha 05

Vulcão Momotombo desde a margem do lago Managua. 1297 m. Ativo desde o século XVI.

Crédito: Reconstrução visual da paisagem vulcânica nicaraguense.

A Catedral da Assunção, León

Prancha 06

Catedral Basílica da Assunção, León, Nicarágua. Patrimônio Mundial da UNESCO desde 2011.

Crédito: Fotografia. Wikimedia Commons, domínio público.

Prancha 07

Catedral de León, fachada principal. Fotografia documental, 1998.

Crédito: Fotografia. Wikimedia Commons, domínio público.

Prancha 08

Rodrigo Cervantes de la Noche (1497 – c. 1565), notário do governador. Retrato formal, óleo sobre tábua, c. 1530. Oficina provincial.

Crédito: Reconstrução visual do personagem.

Prancha 09

Isidoro Venegas de Cienfuegos, bispo de León. Retrato oficial, c. 1748. Oficina colonial espanhola.

Crédito: Reconstrução visual do personagem.

Prancha 10

Tomasín / Cuauhtli-Tlanextli. Relevo esculpido em pedra, c. 8 × 8 cm, transepto sul da catedral. Fotografia com luz rasante de C.V.M., 1976.

Crédito: Reconstrução visual do relevo esculpido.

A organizadora

Prancha 11

Consuelo Vargas Montiel (1938 – 2024), arquiteta e organizadora desta obra. Catedral de León, fachada sul. Abril de 1976.

Crédito: Reconstrução visual do personagem.

O aparato — arquivos e referências visuais

Prancha 12

Casa Lonja de Mercaderes, Sevilha. Sede do Arquivo Geral das Índias desde 1785.

Crédito: Reconstrução visual do edifício renascentista.

Prancha 13

A caixa de cedro tal como apareceu num canto da catedral de León, abril de 1976. Lupa e caderno de campo da organizadora.

Crédito: Reconstrução visual do momento da descoberta.

Colofão

Esta edição digital de *A catedral perdida* reúne, em um único volume baixável, o prefácio da organizadora e os vinte e oito documentos que compõem a obra. A nota do webmestre e o epílogo do webmestre, dois textos liminares escritos para a edição digital de 2026, permanecem no sítio web e não se incluem aqui.

Diagramação e código: M.A. Aybar.

Tipografias: Source Serif e Inter, em suas variantes livres.

Esta obra é ficção. Leia devagar.

© 1976, 2026 M.A. Aybar. Todos os direitos reservados.